



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

STELLA LIDIANE NEPOMUCENO DA SILVA

**TRANSFORMANDO ESPAÇOS: A REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA VISCONDE
DE MAUÁ E A VALORIZAÇÃO DO PEDESTRE**

**Recife
2025**

STELLA LIDIANE NEPOMUCENO DA SILVA

TRANSFORMANDO ESPAÇOS: A REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA VISCONDE DE MAUÁ E A VALORIZAÇÃO DO PEDESTRE

Trabalho de conclusão do curso apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Luciano Lacerda Medina

**Recife
2025**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Stella Lidiane Nepomuceno da.

Transformando espaços: A requalificação da Praça Visconde de Mauá e a valorização do pedestre / Stella Lidiane Nepomuceno da Silva. - Recife, 2025.
74 : il.

Orientador(a): Luciano Lacerda Medina

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo - Bacharelado, 2025.

Inclui referências, anexos.

1. Requalificação urbana. 2. Espaço público. 3. Paisagismo. I. Medina, Luciano Lacerda. (Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

STELLA LIDIANE NEPOMUCENO DA SILVA

**TRANSFORMANDO ESPAÇOS: A REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA VISCONDE
DE MAUÁ E A VALORIZAÇÃO DO PEDESTRE**

Trabalho de conclusão do curso apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: 16 /04/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Luciano Lacerda Medina

Orientador

Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Emmanuelle Séfora

Examinadora

Centro Universitário FACEX

Prof.^a Mariana Ribas

Examinadora

Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar me abençoando para concluir este ciclo que foi longo e que finalmente consigo fechar.

Agradeço a minha mãe, Denise, por sempre ter me apoiado e incentivado durante toda essa longa caminhada, que sempre esteve comigo mesmo nas horas em que fraquejei e acreditou no meu potencial durante todo o curso.

A minha filha Helena que é, sem nem mesmo ter noção, minha maior força para a conclusão desta graduação, minha luz de todos os dias e quem mais me dá incentivo para essa conclusão.

Aos meus irmãos Katia, Romulo e Luana que do jeito de cada um também me incentivaram a concluir e finalmente encerrar esta etapa da minha vida.

Minhas amigas que tanto acreditaram em mim mesmo quando eu mesma não acreditava, Maryana, Adriana e Ariele, estarei com vocês sempre.

Amo cada um de vocês citados acima, que do jeito único de cada um me apoiaram durante toda a jornada do meu curso e alguns na fase mais importante, na conclusão dele.

RESUMO

Os espaços públicos urbanos são essenciais para a promoção do bem-estar coletivo, da convivência social e da democratização do acesso à cidade. No entanto, muitas praças no Brasil, a exemplo da Praça Visconde de Mauá, localizada no bairro de São José, no Recife/PE, encontram-se em situação de abandono, com infraestrutura deficiente, pouca vegetação e baixa atratividade para os usuários. Diante disso, este trabalho propõe elaborar um anteprojeto com diretrizes de requalificação paisagística e urbanística para a Praça Visconde de Mauá, no Recife. A metodologia adotada inclui levantamento físico da área, análise do entorno, diagnóstico dos principais problemas urbanos e aplicação de referências projetuais por meio do estudo de três casos: Parque da Tamarineira (Recife/PE) e Praça Marechal Deodoro (Salvador/BA). A partir dessas análises, foi desenvolvidas diretrizes de requalificação paisagística e urbanística com foco na valorização do pedestre, na sustentabilidade ambiental e na inclusão social. O programa proposto contempla novo mobiliário urbano, áreas de lazer, ciclofaixa, vegetação nativa, pavimentação permeável, iluminação eficiente e equipamentos que garantem acessibilidade universal. A pesquisa é de natureza descritiva, com base qualitativa, e utiliza representação gráfica, modelagem 3D e simulações para demonstrar a viabilidade e os impactos positivos da intervenção. Conclui-se que a requalificação da Praça Visconde de Mauá tem potencial para resgatar sua função histórica como espaço de convivência e lazer, promovendo a mobilidade ativa, a segurança urbana e a apropriação do espaço público pelos cidadãos. O projeto se mostra relevante por contribuir para uma cidade mais humana, sustentável e conectada às necessidades contemporâneas da população.

Palavras-Chave: Requalificação urbana. Espaço público. Paisagismo. Sustentabilidade

ABSTRACT

Urban public spaces are essential for promoting collective well-being, social coexistence and democratizing access to the city. However, many squares in Brazil, such as Praça Visconde de Mauá, located in the São José neighborhood, in Recife/PE, are in a state of abandonment, with poor infrastructure, little vegetation and low attractiveness for users. In view of this, this work proposes to develop a preliminary project with guidelines for landscape and urban requalification for Praça Visconde de Mauá, in Recife. The methodology adopted includes a physical survey of the area, analysis of the surroundings, diagnosis of the main urban problems and application of design references through the study of three cases: Parque da Tamarineira (Recife/PE) e Praça Marechal Deodoro (Salvador/BA). Based on these analyses, guidelines for landscape and urban requalification were developed with a focus on enhancing pedestrians, environmental sustainability and social inclusion. The proposed program includes new urban furniture, leisure areas, cycle paths, native vegetation, permeable paving, efficient lighting and equipment that guarantees universal accessibility. The research is descriptive in nature, qualitatively based, and uses graphical representation, 3D modeling and simulations to demonstrate the feasibility and positive impacts of the intervention. It is concluded that the requalification of Praça Visconde de Mauá has the potential to rescue its historical function as a space for coexistence and leisure, promoting active mobility, urban security and the appropriation of public space by citizens. The project is relevant because it contributes to a more human, sustainable city that is connected to the contemporary needs of the population.

Keywords: Urban requalification. Public space. Landscaping. . Sustainabilit.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Espaço público.....	14
Figura 2 – Praça Dezesete, bairro de Santo Antônio - Recife.....	16
Figura 3 – Praça no período colonial	20
Figura 4 – Praça no período imperial	21
Figura 5 – Projeto Tamarineira.....	29
Figura 6 – Vista da pista de cooper com áreas de contemplação.....	30
Figura 7 – Vista da revalorização dos elementos arquitetônicos.....	31
Figura 8 – Vista da integração entre natureza e infraestrutura.....	31
Figura 9 – Vista do novo setor hospitalar.....	32
Figura 10 – Planta geral do parque da Tamarineira.....	33
Figura 11 – Vista geral da Praça Marechal Deodoro após requalificação.....	35
Figura 12 – Esplanada central em concreto pigmentado vermelho.....	35
Figura 13 – Mobiliário acessível.....	36
Figura 14 – Estrutura do ponto de ônibus em MLC e concreto.....	36
Figura 15 – Ciclovia integrada à arborização existente.....	37
Figura 16 – Praça Visconde de Mauá e a Estação Ferroviária do Recife.....	39
Figura 17 – Praça Visconde de Mauá ao final do século XIX	40
Figura 18 – Praça Visconde de Mauá atual	42
Figura 19 – Fonte central da praça com água estagnada e sinais de abandon.....	43
Figura 20 – Fachada da Casa da Cultura atualmente	44
Figura 21 – Planta Baixa – Mobiliária da Praça Visconde de Mauá.....	55
Figura 22 – Planta de Situação da Praça Visconde de Mauá	56
Figura 23 – Planta Baixa da Praça Visconde de Mauá	57
Figura 24 – Planta de pedestrianização da Praça Visconde de Mauá	58
Figura 25 – Planta de Rota Viária da Praça Visconde de Mauá	59

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

LEED – Leadership in Energy and Environmental Design

NBR – Norma Brasileira Regulamentadora

PDR - Plano Diretor do Recife

ZEHPH - Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. OBJETIVOS	11
2.1 OBJETIVO GERAL.....	13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
3. REFERENCIAL TEÓRICO	14
3.1 ESPAÇOS PÚBLICOS: CONCEITO E FUNÇÃO NA CIDADE.....	14
3.2 TIPOS DE ESPAÇOS COLETIVOS E SUA DINÂMICA URBANA.....	17
3.3 PRAÇAS PÚBLICAS: MOBILIDADE, ACESSIBILIDADE E BEM-ESTAR.....	19
3.4 REQUALIFICAÇÃO PAISAGÍSTICA: ESTRATÉGIAS PARA UM AMBIENTE SUSTENTÁVEL.....	23
3.5 BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA: O IMPACTO DA PAISAGEM URBANA.....	25
4. ESTUDO DE CASO.....	28
4.1 ESTUDO DE CASO 01 – PARQUE DA TAMARINEIRA.....	28
4.2 ESTUDO DE CASO 02 – PRAÇA MARECHAL DEODORO.....	34
5. ESTUDO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	39
5.1 LOCALIZAÇÃO.....	39
5.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA ÁREA.....	40
5.3 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL.....	41
5.4 DIRETRIZES E LEGISLAÇÃO URBANA.....	44
5.5 ANÁLISE DO ENTORNO.....	46
5.5.1 Estudo de Insolação.....	46
5.5.2 Tipologia de Uso do Espaço.....	47
5.5.3 Circulação e Classificação Viária.....	48
5.5.4 Vegetação Existente e Massas Verdes.....	49
6. DIRETRIZES DE REQUALIFICAÇÃO.....	50
6.1 DIRETRIZES.....	50
6.2 LEVANTAMENTO DO PROGRAMA DE NECESSIDADES.....	51
6.3 ESTRATÉGIAS DE ZONEAMENTO.....	52
6.4 MEMORIAL DESCRITIVO DA PROPOSTA DE DIRETRIZES.....	52
6.5 PAISAGISMO E INSERÇÃO DA VEGETAÇÃO.....	53
6.6 EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO URBANO.....	53

6.7 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA E PRANCHAS TÉCNICAS.....	55
6.8 MODELAGEM 3D E VISUALIZAÇÃO DA PROPOSTA.....	57
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	60
ANEXOS.....	70
Anexo A – Planta Baixa de Proposta de Diretrizes.....	70
Anexo B – Planta baixa de Mobiliário Urbano.....	71
Anexo C – Planta Baixa de Arborização.....	72
Anexo D – Planta Baixa Síntese.....	73
Anexo E – Prancha Síntese.....	74

1 INTRODUÇÃO

A valorização dos espaços públicos urbanos tem ganhado destaque diante da crescente necessidade de promover qualidade ambiental, bem-estar coletivo e maior equidade no acesso ao lazer nas cidades brasileiras. Esses espaços, por sua natureza democrática e acessível, desempenham um papel essencial na vida urbana contemporânea, promovendo o convívio social, a cultura local, o lazer e a vitalidade do ambiente construído (Souza, 2021).

As praças, em especial, ocupam lugar central na configuração urbana, sendo tradicionalmente reconhecidas como locais de encontros, manifestações culturais e descanso. Conforme Silva (2020, p. 20), elas “servem como locais onde as pessoas podem comprar e vender, trocar experiências e se divertir”. No entanto, muitos desses espaços vêm enfrentando um processo contínuo de degradação ou subutilização, seja pela ausência de políticas públicas de manutenção, seja pela priorização da circulação de veículos ou mesmo pela insegurança percebida (Souza; Moraes, 2022).

O direito ao lazer e à cidade, garantido no Artigo 6º da Constituição Federal de 1988, ainda não é plenamente assegurado, sobretudo nas regiões centrais de cidades historicamente marcadas por desigualdade socioespacial. A redução da vegetação urbana, a precarização do mobiliário, a exclusão de pessoas com deficiência e a falta de atividades atrativas contribuem para o esvaziamento das praças e sua conseqüente perda de função social (Silva; Silva, 2024).

A Praça Visconde de Mauá, localizada no bairro de Santo Antônio, no centro do Recife, é um exemplo emblemático dessa realidade. Apesar de seu valor histórico e localização estratégica, em frente à Estação Central do Metrô e próxima à Casa da Cultura, encontra-se atualmente em estado de abandono, com pavimentação deteriorada, mobiliário obsoleto, áreas verdes descuidadas e baixa apropriação cotidiana por parte da população.

Além da falta de manutenção, observa-se a presença de uma cerca metálica que isola fisicamente a praça de seu entorno imediato, o que acentua sua desconexão simbólica e funcional com a cidade. Andrade e Gonçalves (2024) apontam que os espaços verdes, quando mal integrados e carentes de infraestrutura adequada, deixam de cumprir seu papel de regular o microclima urbano e acolher a diversidade de usos que caracterizam o espaço público contemporâneo.

Dessa forma, é urgente propor diretrizes de requalificação para resgatar o potencial urbano e paisagístico da Praça Visconde de Mauá. Mais do que uma proposta de intervenção pontual, este trabalho apresenta diretrizes de requalificação baseadas em estratégias de paisagismo, acessibilidade, mobiliário urbano e integração territorial, com base em análises técnicas, levantamento fotográfico e referências projetuais implantadas no Recife.

Diferentemente de uma proposta executiva, o foco está na construção de diretrizes projetuais que orientem futuras intervenções qualificadas e sustentáveis, considerando os aspectos históricos, sociais e ambientais do local. A proposta parte do reconhecimento das funções que a praça perdeu, como o convívio, a permanência, o descanso e o uso cultural, e busca apontar caminhos para sua reativação no cotidiano da cidade.

Ao integrar conceitos de caminhabilidade, inclusão social, segurança urbana e identidade paisagística, o trabalho se propõe a colaborar com a recuperação da praça como um equipamento urbano pulsante, atrativo e acessível para todos. Espera-se, portanto, que as contribuições aqui desenvolvidas fortaleçam o planejamento urbano participativo e contribuam para a valorização dos espaços públicos no centro histórico do Recife.

2 OBJETIVOS

1.1 OBJETIVO GERAL

Elaborar diretrizes de requalificação paisagística e urbanística para a Praça Visconde de Mauá, no Recife, com foco na valorização da permanência, mobilidade ativa e integração urbana, promovendo um espaço público mais acessível, atrativo e funcional para a população.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender o conceito de praça pública e os princípios da requalificação como ferramenta de valorização do espaço urbano coletivo;
- Diagnosticar as condições atuais da Praça Visconde de Mauá, com base em aspectos de infraestrutura, uso do solo, acessibilidade, paisagismo e relação com o entorno imediato;
- Analisar os impactos sociais, ambientais e simbólicos da requalificação de praças no contexto urbano, com foco em mobilidade, segurança e bem-estar coletivo;
- Definir diretrizes projetuais para a requalificação da praça, priorizando caminhabilidade, acessibilidade universal, mobiliário urbano apropriado, vegetação nativa e integração com os fluxos urbanos do entorno.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 ESPAÇOS PÚBLICOS: CONCEITO E FUNÇÃO NA CIDADE

Os espaços públicos são elementos essenciais na estrutura urbana contemporânea, pois promovem a vida em comunidade, a mobilidade ativa e o acesso democrático à cidade. Segundo Arantes (2021), trata-se de áreas de uso coletivo e não discriminatório fundamental para a identidade, integração e funcionalidade das cidades. Brum et al. (2012) reforçam que esses espaços são dinâmicos e representam o palco para uma variedade de atividades individuais e coletivas, promovendo encontros informais e espontâneos que enriquecem a vida urbana como se pode ver na Figura 1.

Figura 1- Espaço público



Fonte: Roberta Inglês, <https://caosplanejado.com/definindo-o-espaco-publico-conceitos-fundamentais/> (2025).

A definição de espaço público inclui áreas abertas e de livre acesso, geralmente geridas pelo poder público. Tais espaços se destacam por sua função

ecológica, estética e social, além de contribuírem para a coesão urbana, a conectividade territorial e o bem-estar coletivo (Prist; Bucci, 2021).

Historicamente, os espaços públicos passaram por transformações significativas. Inicialmente concebidos como locais de convívio e interação, como as ágoras gregas ou as praças coloniais brasileiras, foram perdendo esse protagonismo com o crescimento das cidades e a priorização do trânsito motorizado (Rosaneli, 2021).

Junior e Menezes (2022) apontam que o conceito moderno de espaço público urbano surge na França do século XIX, em um contexto de reformas urbanas que reconfiguraram ruas e praças para atender a uma sociedade industrial. Hoje, muitos desses espaços perderam centralidade em razão do crescimento de áreas privadas de lazer, da insegurança urbana e da precariedade dos equipamentos públicos (Chaves *et al.*, 2021).

Ainda assim, os espaços públicos permanecem como arenas indispensáveis de convivência democrática. Corsi e Abascal (2022) afirmam que esses locais devem garantir acesso irrestrito a todos os cidadãos, sem distinção de raça, classe ou gênero. Souza (2022) amplia esse entendimento ao incluir também os espaços privados de uso público, como centros comerciais e áreas comuns em empreendimentos urbanos.

Essa relevância torna o conceito de espaço público um tema central nas discussões urbanas. Galender (1992) diferencia o espaço público concreto, ruas, praças e equipamentos urbanos, do espaço público simbólico e político, fundamental à democracia. Arendt (1993), Habermas (1984) e Padilha (2011) reforçam a importância dessas áreas como base para a construção de um mundo comum e para o exercício da cidadania.

Entretanto, a falta de participação pública na gestão urbana tem levado à degradação e subutilização desses espaços (Figura 2). Praças, parques e ruas de muitas cidades não são devidamente ocupados pela população, o que reduz seu potencial arquitetônico, urbanístico e paisagístico (Silva; Souza, 2023).

Figura 2 – Praça Dezessete, bairro de Santo Antônio - Recife



Fonte: Letícia Lins, <https://oxerecife.com.br/praca-dezessete-esta-abandonada/> (2018)

Entretanto, a degradação desses espaços evidencia a necessidade de políticas públicas que promovam sua requalificação. A requalificação, diferente da simples revitalização, propõe uma transformação estrutural e funcional do espaço, baseada em novos usos, inclusão e sustentabilidade (Oliveira Junior; Orlando, 2023).

Fernandes (2012) propõe um conjunto de atributos essenciais para a qualidade dos espaços públicos:

- **Identidade:** Deve possuir uma identidade visual e cultural própria, sendo facilmente reconhecido pela população e carregando um significado coletivo.
- **Continuidade e Permeabilidade:** Os espaços públicos devem ser interligados, formando uma rede de circulação eficiente e integrada.
- **Segurança e Conforto:** Devem oferecer infraestrutura adequada, iluminação eficiente e mobiliário urbano de qualidade, garantindo que os cidadãos se sintam seguros e acolhidos.
- **Mobilidade e Acessibilidade:** Os espaços públicos devem ser inclusivos e acessíveis a todas as pessoas, independentemente de sua idade ou condição física. Isso inclui rampas, pisos táteis e sinalização adequada.
- **Inclusão Social:** O espaço público deve ser democrático e aberto a todos, sem distinção de classe social, raça ou gênero.
- **Diversidade e Adaptabilidade:** Deve ser projetado para comportar múltiplas funções e se adaptar às mudanças do contexto urbano.
- **Sustentabilidade:** Os projetos urbanos devem considerar princípios de sustentabilidade ambiental, econômica e social, garantindo um

desenvolvimento equilibrado e preservando os recursos para as futuras gerações (Fernandes, 2012, p.6-13).

Budke *et al.* (2024, p. 224) complementam ao afirmar que os espaços públicos são fundamentais para a qualidade de vida urbana, pois permitem descanso, lazer e socialização. Camara *et al.* (2022) ressaltam que esses locais vão além de áreas livres entre edifícios: são palcos de manifestações culturais e políticas.

Dessa forma, a requalificação dos espaços públicos deve ser entendida como estratégia de transformação urbana, especialmente em praças com valor histórico e social. Como observa Borja (2001), esses espaços carregam memória coletiva e expressam o nível de cidadania de uma sociedade. A Natureza Urbana (2020) defende que tais processos devem ser integrados ao planejamento urbano, com foco em permanência, convivência e pertencimento.

3.2 TIPOS DE ESPAÇOS COLETIVOS E SUA DINÂMICA URBANA

Os espaços públicos urbanos se configuram como componentes estruturantes da cidade contemporânea, assumindo diferentes formas e escalas, de calçadas e becos a grandes parques e praças centrais. Esses espaços são mais do que áreas de circulação: são suportes da convivência coletiva, da expressão cultural e da mobilidade democrática. Como aponta Rossi (2022), exercem funções sociais, culturais, ambientais e políticas, sendo imprescindíveis para o equilíbrio e a vitalidade do tecido urbano.

Segundo Medeiros e Nunes (2010, p. 16), “o termo público indica que esses locais são abertos e acessíveis a todos, independentemente de classe social, gênero ou origem, sendo, portanto, fundamentais para a inclusão e a diversidade urbana.”

Sua diversidade morfológica e funcional inclui praças, parques, calçadas, avenidas, mercados, canais, praias, vielas e áreas de passagem. Ao se articularem em rede, esses espaços coletivos garantem conectividade territorial e acesso equitativo a bens e serviços urbanos (Morais, 2022), reforçando o direito à cidade.

A relação entre os espaços públicos e a malha urbana está diretamente ligada à conectividade espacial, fator essencial para o acesso igualitário às oportunidades sociais e econômicas (Archdaily Brasil, 2020). Como destaca Alex (2008, p. 12),

(...) lugares como praças, ruas, praias e qualquer outro tipo de área acessível a todos os cidadãos, respeitando as regras de convivência social e urbana. Embora possam ser espaços de trânsito ou passagem, seu valor real está na possibilidade de interação, convívio e expressão da coletividade (Alex, 2008, p.12).

Mais do que suporte físico da circulação, os espaços públicos atuam como catalisadores de cidadania, estimulando o pertencimento, a inclusão e a memória coletiva. São locais de troca, convivência e construção simbólica da cidade (Guimarães, 2022).

A ausência de planejamento, manutenção e segurança em muitos desses espaços compromete sua apropriação cotidiana, levando à degradação e à subutilização. Gehl (2013, p. 54) adverte, que “uma cidade bem planejada deve favorecer a experiência do pedestre, garantindo espaços seguros, acessíveis e convidativos”.

Segundo Ascher (2010), a estrutura urbana é composta por três sistemas interligados:

(...) o desenho urbano deve priorizar a escala humana e não apenas a circulação de veículos, pois “uma cidade bem planejada deve favorecer a experiência do pedestre, garantindo espaços seguros, acessíveis e convidativos (Gehl, 2013, p.54).

A estrutura física de uma cidade é composta por três sistemas inter-relacionados de acordo com Ascher (2010):

1. **Sistema Arquitetônico Espacial:** Inclui os edifícios e suas funções específicas, como habitações, comércio e serviços.
2. **Sistema de Integração Viária:** Responsável pela interligação entre diferentes áreas da cidade, garantindo acessibilidade e mobilidade eficiente.
3. **Sistema de Espaços Abertos:** Engloba os espaços públicos não edificadas, como ruas, praças, parques e calçadas, que são fundamentais para o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida urbana (Ascher, 2010, p. 9).

Esses sistemas devem dialogar entre si para garantir funções urbanas integradas e espaços públicos eficientes. Como enfatiza Lynch (2023, p. 42), “a qualidade e o desenho desses espaços determinam a experiência urbana dos cidadãos, influenciando a percepção da cidade como um ambiente acolhedor ou hostil.”

A criação e requalificação de espaços públicos deve considerar os múltiplos perfis de usuários e suas necessidades sociais, ambientais e simbólicas. Isso exige

políticas públicas sensíveis às dinâmicas sociais e estratégias urbanas que combatam processos de gentrificação e exclusão (Cavalante, 2022).

Nesse sentido, a qualidade de vida urbana passa a incluir tanto infraestrutura e serviços quanto aspectos subjetivos: segurança, pertencimento, relações sociais e bem-estar emocional (Carlos; Souza; Sposito, 2025). A cidade deve ser pensada como espaço múltiplo e inclusivo, e seus espaços coletivos, como ferramentas ativas de equidade urbana.

O espaço público, portanto, não é apenas um suporte físico, mas um instrumento de cidadania. Deve ser garantido como direito coletivo e democrático, concebido e mantido para e com as pessoas (Brum *et al.*, 2022). Como reforça Gatti (2013, p. 28), um bom projeto de espaço público vai além da técnica: exige escuta, sensibilidade e adequação às vivências reais da população.

A qualidade desses espaços também está diretamente ligada à capacidade da cidade de atrair seus habitantes. Oliveira e Arantes (2022, p. 89) apontam que “a vitalidade de uma cidade está diretamente relacionada à qualidade de seus espaços públicos e à capacidade de atrair a presença ativa da população.”

Assim, garantir o planejamento, requalificação e manutenção de espaços públicos bem distribuídos e apropriados é essencial para construir cidades sustentáveis, justas e resilientes (Cardoso, 2022; Alex, 2008).

3.3 PRAÇAS PÚBLICAS: MOBILIDADE, ACESSIBILIDADE E BEM-ESTAR

As praças públicas têm acompanhado a trajetória das cidades desde suas primeiras configurações urbanas, cumprindo funções religiosas, políticas, comerciais e sociais. No contexto brasileiro, durante o período colonial, esses espaços estavam frequentemente associados às igrejas, funcionando como locais de reunião comunitária, celebrações religiosas e encontros sociais (Figura 3).

Figura 3 - Praça no período colonial

Fonte: tela do artista carioca Antonio Monteiro (1855-1888) <https://www.historia-brasil.com/colonia/primeiras-cidades.htm> (2025)

Com o avanço para o período imperial, houve a introdução das praças ajardinadas, inspiradas em modelos europeus, como os jardins franceses e as avenidas parisienses. Apesar de manterem seu caráter público, tornaram-se espaços de uso preferencial das elites, funcionando como cenário para práticas de flâneur, o ato de caminhar para ver e ser visto, (Figura 4). Esse uso seletivo acabava por restringir o acesso e o protagonismo popular nesses espaços (Mantuano, 2024).

Figura 4 – Praça no período imperial

Fonte: Careta, Rio de Janeiro, <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/a-gestao-de-carlos-sampaio-e-o-legado-da-exposicao-internacional-do-centenario-da-independencia-de-1922-para-a-cidade-do-rio-de-janeiro> (2020).

No século XX, os ideais modernistas da Carta de Atenas (1933) impulsionaram uma mudança nas funções das praças, com a inclusão de estruturas voltadas ao lazer e à recreação, como campos de esporte, brinquedos e áreas de descanso. No entanto, o crescimento das cidades e a priorização das vias para automóveis levaram à fragmentação desses espaços, dificultando sua integração ao cotidiano urbano e comprometendo sua função coletiva (Silva; Almeida, 2021).

A partir da segunda metade do século, muitos desses espaços foram sendo isolados, subutilizados ou substituídos por formas de lazer privatizadas, como shoppings centers e clubes fechados. Nesse cenário, as praças públicas perderam protagonismo como ambientes de convivência urbana. Para reverter esse quadro, é necessário priorizar sua requalificação com foco em inclusão, acessibilidade e valorização das funções sociais e ambientais (Santos; Souza, 2022).

As praças, quando bem planejadas e mantidas, promovem interação social, mobilidade ativa e bem-estar físico e mental. Além disso, contribuem para a valorização do espaço urbano e para a saúde pública, ao oferecer ambientes com conforto térmico, áreas verdes e oportunidades de lazer democrático (Lopes; Pereira, 2023).

Segundo Costa e Ribeiro (2024, p. 21), “praças bem cuidadas incentivam o uso coletivo, fortalecem os laços sociais e tornam-se referências no tecido urbano”. Para que cumpram esse papel, é essencial integrá-las ao sistema viário da cidade, garantindo conectividade com ruas, calçadas e ciclovias, além de localização estratégica em relação ao transporte público (Machado; Ferreira, 2024).

De acordo com Gehl (2013, p. 54), “as cidades devem ser projetadas para as pessoas, e não apenas para os veículos”, o que reforça a importância da caminhabilidade e da permanência nos espaços públicos. Quando posicionadas corretamente, as praças contribuem para a redução da dependência do automóvel e incentivam o uso de modais sustentáveis (Souza; Morais, 2021).

A acessibilidade universal também é um dos pilares para o uso democrático das praças. Conforme a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), todo espaço público deve ser acessível a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, o que exige soluções como:

- Pavimentação nivelada e sem obstáculos, evitando barreiras para cadeirantes e idosos.
- Rampas e calçadas com inclinação adequada, conforme as normas da ABNT NBR 9050/2020.
- Bancos ergonômicos distribuídos estrategicamente, garantindo conforto para diferentes perfis de usuários.
- Sinalização tátil e sonora, permitindo a orientação de pessoas com deficiência visual.
- Iluminação eficiente e segurança, incentivando o uso das praças em diferentes horários do dia (Malaquias; Lopes; Costa, 2022, p.33). .

Sem essas medidas, uma parcela significativa da população é excluída do uso pleno desses espaços, como crianças, idosos e pessoas com deficiência (Kuyven *et al.*, 2021). Além da inclusão, a vegetação tem papel determinante no conforto ambiental. Segundo Ulrich (1984, p. 20), "a vegetação em áreas urbanas está associada a menores níveis de ansiedade e maior sensação de bem-estar psicológico". Praças bem arborizadas contribuem para:

- Redução da poluição do ar, melhorando a qualidade respiratória da população.
- Atenuação das ilhas de calor, diminuindo a temperatura urbana.
- Facilidade de infiltração da água no solo, prevenindo enchentes e alagamentos.
- Criação de espaços mais agradáveis e convidativos ao convívio diário (Ulrich, 1984, p.20).

Além disso, as praças desempenham importante papel na promoção da saúde e da atividade física, oferecendo espaços para caminhadas, equipamentos de ginástica, quadras e playgrounds (Campos; Andrade, 2023).

Para tanto, é necessário que sua requalificação não se limite a ações superficiais ou apenas estéticas. Deve-se pensar em intervenções que resgatem a função social da praça e a tornem um espaço plural e adaptado à diversidade da vida urbana contemporânea (Barbosa; Lima, 2022).

Como reforçam Melo e Souza (2021, p. 100), "a vitalidade de uma cidade está diretamente relacionada à qualidade de seus espaços públicos e à capacidade de atrair a presença ativa da população".

Portanto, requalificar uma praça histórica como a Visconde de Mauá é mais do que renovar sua aparência: é restaurar seu papel na dinâmica urbana, garantindo mobilidade, acessibilidade e bem-estar para toda a população (Ramos; Silveira, 2023).

3.4 REQUALIFICAÇÃO PAISAGÍSTICA: ESTRATÉGIAS PARA UM AMBIENTE SUSTENTÁVEL

As praças, como estruturas centrais dos espaços públicos urbanos, exercem um papel significativo tanto na composição paisagística quanto na promoção da convivência social e da identidade coletiva. Ao longo da história, esses espaços foram projetados para acolher práticas religiosas, políticas, culturais e de lazer, contribuindo para o equilíbrio ecológico e o bem-estar urbano (Nascimento; Pinheiro, 2024).

No entanto, a urbanização acelerada e a valorização de espaços privados de lazer, como shoppings e condomínios fechados, têm contribuído para a marginalização das praças, tornando-as vulneráveis à degradação física, à perda de função social e ao afastamento da população (Cuz, 2021). Esse processo, agravado pela falta de investimentos e segurança, resultou em espaços inativos, desconectados da dinâmica cotidiana da cidade.

Nesse contexto, a requalificação paisagística surge como uma estratégia fundamental para resgatar o valor funcional e ambiental das praças. Para além da estética, ela propõe a integração entre infraestrutura, ecologia urbana e participação social, tornando os espaços públicos mais atrativos, acessíveis e resilientes.

Segundo Pinto, Russo e Sudoso (2025), ainda persiste uma visão limitada das praças como espaços exclusivos para recreação infantil ou descanso de idosos. Isso desconsidera sua potência como áreas multifuncionais de encontro, contemplação e convívio intergeracional. Por isso, as diretrizes projetuais devem ser construídas com base nas demandas reais da população, garantindo a diversidade de usos e o incentivo à apropriação comunitária (Cotrinho; Vasconcelos, 2023).

Gatti (2013, p. 35) reforça que “a porcentagem de áreas verdes em uma cidade ou bairro é um dos parâmetros mais relevantes para avaliar o conforto ambiental, a vitalidade dos espaços públicos e o equilíbrio ecológico.” A introdução ou ampliação de vegetação, aliada a mobiliário urbano adequado, sombreamento, percursos acessíveis e espaços de permanência, pode transformar áreas degradadas em lugares de qualidade ambiental e social (Rodrigues, 2020).

Além disso, a vegetação urbana atua como reguladora térmica, melhora a qualidade do ar e ajuda a mitigar o fenômeno das ilhas de calor. De acordo com

Silva e Oliveira (2019), paisagens verdes equilibradas também reduzem a poluição sonora e promovem conforto visual em ambientes urbanos densos.

Caneira (2020) defende que os espaços verdes bem planejados são fundamentais para o sentimento de pertencimento da população, tornando-se marcos urbanos e pontos de referência afetiva. Quando pensados de forma integrada à malha urbana e com base na lógica da sustentabilidade, esses espaços passam a ser elementos estruturantes do planejamento ambiental e social da cidade.

A requalificação paisagística de praças também tem papel simbólico, ao restaurar a memória urbana e recuperar a centralidade desses espaços na vida cotidiana. Martins e Ferreira (2021) apontam que tais intervenções devem valorizar os aspectos históricos, sem abrir mão de soluções contemporâneas que promovam inclusão e acessibilidade.

De acordo com Souza e Lima (2022), é fundamental que os projetos contemplem os seguintes valores:

- **Valor ambiental:** melhoria da ventilação e iluminação natural em áreas densamente povoadas, controle térmico, drenagem sustentável, prevenção da erosão do solo e conservação da água.
- **Valor funcional:** ampliação das atividades de lazer urbano, criação de espaços recreativos acessíveis e incentivos à apropriação da praça pela população.
- **Valor estético e simbólico:** integração harmoniosa da praça com o ambiente urbano, tornando-a um marco visual e representativo da identidade local (Souza; Lima, 2022, p.90).

Além desses, Fernandes e Almeida (2023) destacam a importância da acessibilidade universal em todas as etapas do projeto, garantindo que a praça seja fisicamente acessível, socialmente inclusiva e visualmente integrada ao seu entorno. Isso envolve:

- **Acesso físico:** infraestrutura adequada para garantir deslocamento seguro dentro do espaço, eliminando barreiras arquitetônicas.
- **Acesso social:** inclusão de diferentes grupos sociais, prevenindo a segregação e estimulando o uso diversificado dos espaços.
- **Acesso visual:** melhoria na percepção da praça como um ambiente seguro, convidativa e integrador, evitando sua marginalização no tecido urbano (Souza; Lima, 2022, p.92).

Contudo, é preciso estar atento aos riscos de gentrificação. Conforme alertam Pereira e Costa (2019), algumas requalificações promovem a valorização imobiliária e o deslocamento da população vulnerável, reforçando desigualdades. Intervenções em espaços públicos devem respeitar a identidade local, evitar a elitização dos usos e promover a permanência dos moradores tradicionais.

Nesse sentido, a requalificação paisagística deve ser uma ferramenta de democratização e justiça socioespacial, aliando desenvolvimento urbano com proteção ambiental, cultura e inclusão. Como destaca Maciel (2022, p.13), “esses processos proporcionam vitalidade urbana e fortalecem o papel das praças e parques como elementos-chave para o desenvolvimento sustentável das cidades.”

3.5 BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA: O IMPACTO DA PAISAGEM URBANA

A relação entre paisagem urbana e qualidade de vida tem se consolidado como um dos pilares do planejamento sustentável nas cidades contemporâneas. Ao estudar as praças brasileiras, é essencial compreender como esses espaços evoluíram historicamente e de que forma sua requalificação paisagística pode contribuir para a promoção do bem-estar coletivo e da saúde ambiental.

A paisagem urbana brasileira passou por importantes transformações desde o século XIX, período em que o paisagismo europeu, especialmente francês e inglês, influenciou o desenho de cidades costeiras. Boulevards, praças ajardinadas e parques públicos passaram a compor a malha urbana, consolidando a presença dos espaços verdes como elementos estruturadores da vida urbana e da qualidade ambiental (Pieve; Rodrigues; Oliveira, 2024).

No início, as praças eram amplas áreas abertas para reuniões cívicas, com pouca vegetação. Aos poucos, foram incorporando jardins, arborização e mobiliário, transformando-se em ambientes mais acolhedores e multifuncionais, voltados à convivência, ao lazer e ao descanso (Kwon *et al.*, 2021).

O conceito de paisagem urbana vai além da estética visual. Segundo Wang *et al.* (2019), sua origem remete ao campo artístico, mas sua aplicação hoje se refere à interação entre elementos naturais e construídos, refletindo os modos de ocupação e apropriação do espaço pela sociedade. Souza e Lima (2022, p. 2) reforçam que “a paisagem deve ser compreendida como um organismo vivo e dinâmico”, que

expressa identidades culturais, configurações ecológicas e condições de habitabilidade urbana.

A falta de áreas verdes em ambientes urbanos densos tem implicações diretas no bem-estar da população. Problemas como ilhas de calor, poluição do ar, alagamentos e perda de biodiversidade são agravados pela carência de vegetação. Silva e Oliveira (2024) defendem que o planejamento urbano deve considerar a proporção entre áreas verdes e densidade populacional, garantindo praças ajardinadas distribuídas de forma equitativa.

Estudos apontam que o contato com a natureza no cotidiano urbano melhora a saúde mental, reduz o estresse, promove conforto térmico e estimula práticas saudáveis (Gomes; Soares, 2023). Em praças e parques, esse contato se materializa por meio da arborização, dos espelhos d'água, das áreas permeáveis e dos espaços de contemplação ou uso ativo (Ferreira; Mendes, 2023).

De acordo com a CDHU (2013), um projeto paisagístico completo deve integrar elementos como:

- **Vegetação:** deve ser considerada não apenas como um elemento decorativo, mas como um conjunto de organismos vivos que modificam e estruturam o espaço urbano, melhorando o conforto térmico, absorvendo poluentes e promovendo biodiversidade.
- **Morfologia do solo e do terreno:** a modelagem do solo pode direcionar usos específicos, promovendo um melhor aproveitamento do espaço. Em áreas com declives acentuados, técnicas como terraceamento podem ser aplicadas para conter a erosão e melhorar a drenagem.
- **Água:** A presença de lagoas, fontes e sistemas de captação de águas pluviais contribui para o conforto climático e a sustentabilidade dos projetos paisagísticos.
- **Equipamentos esportivos e de lazer:** incluir áreas para práticas esportivas, trilhas para caminhada e playgrounds infantis para atender às diferentes faixas etárias.
- **Mobiliário urbano:** bancos, mesas, postes de iluminação e lixeiras devem ser duráveis, de fácil manutenção e acessíveis a todos.
- **Pavimentação e permeabilidade do solo:** minimizar áreas impermeáveis e utilizar materiais drenantes, como pisos intertravados, gramados e cascalhos, para facilitar a absorção de água e evitar enchentes.
- **Iluminação pública eficiente:** a iluminação deve ser distribuída estrategicamente, garantindo segurança e acessibilidade nos diferentes períodos do dia e evitando áreas escuras ou inseguras (CDHU, 2013, pp. 4-6).

A vegetação, quando bem integrada ao espaço urbano, não apenas melhora o microclima, mas também humaniza a paisagem, criando vínculos afetivos com o lugar. Lopes e Almeida (2022) destacam que, em áreas metropolitanas, o sombreamento proporcionado por árvores é crucial para garantir conforto térmico e atratividade nos espaços de permanência.

Martins e Costa (2020) ressaltam ainda o papel sensorial da vegetação, que proporciona experiências de toque, cheiro, som e visualidade, ampliando a conexão entre usuários e natureza, algo especialmente importante em ambientes marcados pelo estresse urbano e pela rigidez arquitetônica.

Além disso, a paisagem urbana tem papel estratégico na construção do pertencimento e da memória coletiva. Por isso, os projetos de requalificação devem promover a integração entre patrimônio cultural, conforto ambiental e acessibilidade, estimulando o uso democrático e contínuo das praças (Fernandes; Silva, 2021).

Para que esses benefícios se concretizem, o investimento em paisagismo urbano precisa ser entendido como parte integrante da saúde pública e do planejamento ambiental urbano. Segundo Rodrigues e Pereira (2022), os espaços verdes devem ser projetados para serem funcionais, sustentáveis e verdadeiramente acessíveis, considerando as diversidades sociais, etárias e físicas da população.

A requalificação paisagística, quando baseada em diretrizes sustentáveis e inclusivas, contribui para cidades mais resilientes e saudáveis, promovendo o equilíbrio entre natureza, infraestrutura e vivência urbana (Cavalcante *et al.*, 2022). Assim, não se trata apenas de uma intervenção visual, mas de uma estratégia de transformação da qualidade de vida.

4 ESTUDO DE CASO

4.1 ESTUDO DE CASO 01 – PARQUE DA TAMARINEIRA

- **Arquitetos:** Celso Sales, Luciana Raposo, Carmen Cavalcanti e Manuela Maia; o estudo urbanístico foi realizado por Mariana Ribas; e o paisagismo ficou a cargo de Christoph Jung.
- **Localização:** Parque da Tamarineira - Bairro da Tamarineira, Recife, Pernambuco, Brasil.
- **Ano do Projeto:** 2011 (concurso público); primeira fase inaugurada em 2024.
- **Cliente:** Prefeitura da Cidade do Recife.
- **Área do Terreno:** 105 mil metros quadrados (10,5 hectares).
- **Tipo de Projeto:** Requalificação urbana e paisagística de área pública.
- **Operação Projetual:** Transformação do antigo Sítio da Tamarineira em um parque público multifuncional, integrando lazer, cultura e preservação ambiental.

Localizado na Zona Norte do Recife, o Parque da Tamarineira ocupa um terreno com cerca de 105 mil m², cuja história está profundamente ligada ao Hospital Psiquiátrico Ulysses Pernambucano, referência nacional desde o final do século XIX. Com o avanço das diretrizes da Reforma Psiquiátrica e o crescente interesse da sociedade por espaços públicos mais humanizados e integrados, o local passou por um processo de transformação urbana que buscou aliar preservação patrimonial, inclusão social e requalificação ambiental.

A necessidade de abrir o espaço para o uso público, desmistificando a loucura e promovendo integração com a cidade, levou à concepção do parque como um equipamento multifuncional, cultural, educativo e de lazer.

Em 2011, a Prefeitura do Recife lançou um concurso nacional para selecionar o melhor projeto para requalificação da área. A proposta vencedora destacou-se por seu forte caráter simbólico e sensível à história do lugar. Entre os principais elementos, estavam a recuperação do Riacho do Jacarezinho, a valorização da vegetação existente e a criação de eixos de circulação integradores, que ligam os acessos principais ao coração do terreno.

O projeto organizou o parque por meio de dois eixos principais de circulação, que funcionam como largos passeios conectando a entrada da Avenida Rosa e Silva

até a área da “Matinha”, fragmento de biodiversidade preservada. Entre os eixos, destaca-se o labirinto de vegetação arbustiva – elemento paisagístico marcante que remete aos caminhos da mente humana (Figura 5). Neste espaço, foram inseridos espelhos d’água, bancos, esculturas e peças interativas.

Figura 5 – Parque da Tamarineira



Fonte: Jamildo Melo, <https://jamildo.com/cidades/joao-campos-entra-para-historia-do-recife-com-entrega-do-parque-da-tamarineira.html> (2024)

Outros elementos importantes incluem:

- **Praça da Fonte** – com fontes luminosas e interativas;
- **Praça Brincante** – voltada ao público infantil;
- **Praça Ulysses Pernambucano** – com bancos históricos e busto do psiquiatra.

Além disso, o parque conta com pista de *cooper* com 600 metros, quadra poliesportiva, academia ao ar livre, banheiros acessíveis e áreas gramadas de convivência. O projeto também incorporou jardins de chuva como solução de drenagem sustentável, e promoveu o plantio de 130 novas árvores, distribuídas entre 15 espécies, sendo 13 delas nativas, contribuindo para o conforto térmico e a recuperação ecológica do local (Figura 6).

O sistema de iluminação foi pensado para atender a diferentes escalas e horários de uso, com balizadores ao nível do solo, pontos sob os bancos e postes distribuídos ao longo dos eixos principais.

O uso de espécies de copa larga garante sombreamento estratégico sem obstruir a visibilidade, e os caminhos foram pavimentados com materiais permeáveis, assegurando conforto e drenagem eficaz.

Figura 6 – Vista da via de circulação e playground do Parque.



Fonte: Priscilla Melo, _

<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2024/07/veja-horario-de-funcionamento-de-equipamentos-do-parque-da-tamarineira.html> (2024)

As edificações existentes foram integradas ao projeto por meio da remoção de anexos desnecessários e da revalorização dos elementos arquitetônicos (Figura 8). Parte desses edifícios será destinada a novos usos, com a criação de um auditório, um museu e um centro de convivência em saúde mental, este último alinhado com as diretrizes da Reforma Psiquiátrica. Também a construção do Pavilhão da Sustentabilidade, um bloco contemporâneo com certificação LEED, destinado a exposições sobre meio ambiente e práticas sustentáveis.

O cuidado com a integração entre natureza e infraestrutura aparece também na escolha dos materiais, na implantação de pisos permeáveis e na organização de áreas sombreadas. A iluminação também foi pensada em diferentes escalas: postes altos, luzes embutidas nos bancos e balizadores ao nível do solo garantem segurança e ambientação adequada durante o período noturno.

Figura 8 – Vista da integração entre Parque e edificações históricas existentes.



Fonte: Edson Holanda, <https://www.portalradionoticias.com.br/2024/08/agua-da-fonte-da-tamarineira-e-clorada.html> (2024).

Um novo setor hospitalar, voltado especificamente para emergências psiquiátricas, será construído com acesso independente pela Avenida Cônego Barata, garantindo a continuidade dos serviços de saúde mental de forma integrada, mas não conflituosa com o uso público do parque.

O parque será acessado por duas vias importantes: a Avenida Rosa e Silva e a Avenida Norte, promovendo maior integração com a cidade. Há também previsão de articulação com o Plano Municipal de Parques e o Projeto Capibaribe Melhor, propondo ciclovias, caminhos de pedestres e incentivo ao transporte não motorizado (Figura 9).

Figura 9 - Planta geral do parque da Tamarineira



Fonte: <https://concursosdeprojeto.org/2011/10/23/concurso-parque-da-tamarineira-%E2%80%93-recife-%E2%80%93-primeiro-lugar/> (2011).

. O Parque da Tamarineira configura-se como um estudo de caso relevante para o estabelecimento das diretrizes projetuais da Praça Visconde de Mauá, especialmente no que tange à preservação da identidade local. A manutenção das edificações preexistentes e a valorização de suas fachadas, por meio de visadas estratégicas, conferem ao parque uma leitura espacial que respeita e potencializa o patrimônio construído.

A malha de circulação proposta no parque apresenta alta permeabilidade e continuidade, garantindo conectividade entre os diversos setores funcionais. Tal configuração promove a fluidez dos fluxos, reforçando a integração espacial e facilitando a apropriação do espaço pelo usuário.

No que diz respeito à acessibilidade universal, a escolha dos materiais de revestimento do piso demonstra atenção à caminhabilidade, com texturas e acabamentos que favorecem o conforto tátil e visual, além de minimizar barreiras físicas. O projeto reduz ao mínimo os elementos que possam comprometer a mobilidade, atendendo a diferentes perfis de usuários.

A proposta programática do parque contempla a multifuncionalidade e a adaptabilidade, permitindo o uso por distintos grupos etários e a realização de eventos temporários, como shows e exposições. Essa flexibilidade funcional amplia a capacidade de uso e reforça o caráter inclusivo do espaço.

Por fim, a integração entre áreas construídas e vegetação consolidada garante uma ambiência paisagística equilibrada, promovendo a harmonia entre o ambiente natural e o ambiente urbano. O Parque da Tamarineira, portanto, constitui uma referência significativa para o desenvolvimento de um espaço público contemporâneo, acessível, resiliente e sensível ao contexto histórico e social.

4.2 ESTUDO DE CASO 02 – PRAÇA MARECHAL DEODORO

- **Arquitetos:** Sotero Arquitetos (Adriano Mascarenhas)
- **Equipe de Projeto:** Eric Cabussu, Helder da Rocha, Saulo Coelho
- **Localização:** Comércio, Salvador, Bahia, Brasil
- **Ano do Projeto:** 2018
- **Cliente:** Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF)
- **Área do Terreno:** 21.395 m²
- **Tipo de Projeto:** Requalificação urbana e paisagística de espaço público

Localizada na zona portuária da cidade de Salvador, Bahia, a Praça Marechal Deodoro, também conhecida como Cais Dourado, passou por uma importante intervenção urbanística realizada pelo escritório Sotero Arquitetos, sob liderança de Adriano Mascarenhas. Com área de aproximadamente 21.395 m², o projeto foi desenvolvido em 2018 e contou com a colaboração de uma equipe interdisciplinar que incluiu profissionais das áreas de estrutura, paisagismo e infraestrutura urbana.

A iniciativa foi encomendada pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), com o objetivo de ressignificar a praça enquanto espaço público multifuncional, promovendo mobilidade, lazer e valorização do patrimônio paisagístico.

O projeto foi desenvolvido em um sítio urbano protegido pelo IPHAN, o que exigiu soluções que equilibrassem preservação e inovação. A estratégia adotada pelos arquitetos partiu do princípio de manter as três fileiras de oitis existentes, árvores que compõem a identidade visual e ambiental da praça, e de reorganizar o uso do solo urbano em três setores distintos, cada um com função específica. Essa setorização permitiu uma organização clara dos fluxos e usos: a lateral voltada para a Avenida Miguel Calmon foi transformada em setor de mobilidade, com a implantação de ciclovias e um novo ponto de ônibus. Essa estrutura foi concebida com pilares em madeira laminada colada (MLC) e concreto, respeitando a linguagem dos pilotis dos edifícios modernistas do entorno e criando uma continuidade visual com o patrimônio edificado (Figura 11).

Figura 11 - Vista geral da Praça Marechal Deodoro após requalificação



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/968646/requalificacao-urbana-da-praca-marechal-deodoro-sotero-arquitetos> (2018).

No centro da praça, foi criada uma ampla esplanada cívica em concreto pigmentado vermelho, que funciona como um “tapete urbano” destinado a manifestações públicas, feiras, eventos culturais e encontros comunitários. A escolha cromática do piso e sua amplitude destacam-se no cenário urbano e reforçam a dimensão simbólica do espaço como lugar de encontro e expressão cidadã (Figura 12).

Figura 12 – Esplanada central em concreto pigmentado vermelho



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/968646/requalificacao-urbana-da-praca-marechal-deodoro-sotero-arquitetos> (2018).

Já o setor de lazer, localizado na área mais interna, substituiu um antigo estacionamento por uma praça voltada aos moradores do entorno, com mobiliário acessível (Figura 13) e áreas sombreadas por meio da vegetação existente.

Figura 13 – Mobiliário acessível



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/968646/requalificacao-urbana-da-praca-marechal-deodoro-sotero-arquitetos> (2018).

O mobiliário urbano foi pensado com atenção à ergonomia, à durabilidade e à harmonia estética com o conjunto paisagístico. Na lateral voltada para a Avenida Miguel Calmon, foi criado o setor de mobilidade, com ponto de ônibus e nova ciclovia (Figura 14).

Figura 14 – Estrutura do ponto de ônibus em MLC e concreto



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/968646/requalificacao-urbana-da-praca-marechal-deodoro-sotero-arquitetos> (2018).

Bancos em granito vermelho e madeira foram estrategicamente posicionados para valorizar os eixos de contemplação e permanência, enquanto as lixeiras e totens informativos foram distribuídos de forma a não obstruir a fluidez do espaço.

Por fim, no trecho mais interno, uma área voltada aos moradores do entorno foi consolidada como espaço de lazer, substituindo um antigo estacionamento privativo (Figura 15).

Figura 15 – Ciclovía integrada à arborização existente



Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/968646/requalificacao-urbana-da-praca-marechal-deodoro-sotero-arquitetos> (2018).

O projeto também incorporou soluções sustentáveis, como pavimentação permeável, uso de materiais locais e vegetação de copa larga, que garante sombreamento sem comprometer a visibilidade e a segurança. A iluminação foi distribuída em diferentes escalas, postes altos, luzes embutidas nos bancos e balizadores ao nível do solo, proporcionando ambientação adequada durante o uso noturno, além de reforçar o conforto e a segurança dos usuários.

A requalificação da Praça Marechal Deodoro constitui um exemplo de intervenção urbana sensível e alinhada aos princípios contemporâneos de valorização dos espaços públicos históricos. A proposta adotou como diretriz central a preservação da identidade local, com ênfase na manutenção da vegetação arbórea existente, elemento essencial para a ambiência e memória do lugar.

A nova configuração espacial propõe uma malha de circulação com elevada permeabilidade e continuidade, articulada por meio de caminhos acessíveis e uma ciclofaixa que atravessa o espaço, promovendo integração com o entorno e incentivando a mobilidade ativa.

O projeto contempla estratégias de conforto ambiental, com destaque para o sombreamento natural proporcionado pela vegetação existente, o que contribui significativamente para a qualidade térmica e o uso prolongado da praça ao longo do dia.

Do ponto de vista da acessibilidade universal, os materiais de revestimento adotados nos percursos são planos, antiderrapantes e livres de obstáculos, garantindo segurança e conforto a todos os usuários, independentemente de sua condição física.

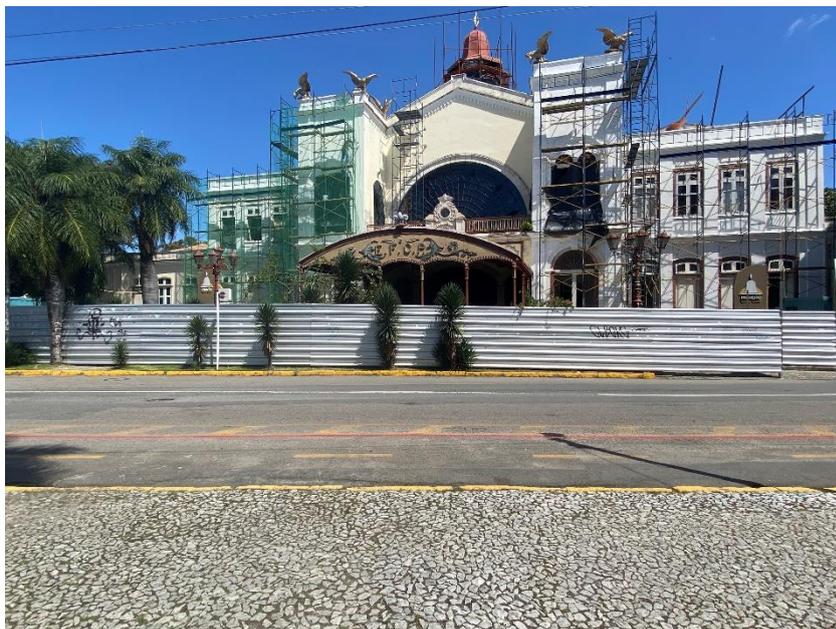
A intervenção resulta em um espaço público multifuncional, apto a atender demandas contemporâneas de mobilidade, lazer, permanência e convivência. A proposta destaca-se pela articulação harmoniosa entre os valores históricos do local e as exigências atuais de uso urbano inclusivo e sustentável.

5 ESTUDO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

5.1 LOCALIZAÇÃO

A Praça Visconde de Mauá está localizada no bairro de São José, uma das regiões mais tradicionais e historicamente significativas do centro da cidade do Recife, em Pernambuco. Seu posicionamento estratégico a insere em um ponto nodal da malha urbana, diretamente em frente à Estação Central do Recife, também conhecida como Estação Ferroviária do Recife ou Estação Central Capiba (Figura 16), considerada um dos principais eixos de transporte público da cidade. Esse equipamento conecta o centro histórico a diversos bairros e municípios da Região Metropolitana, por meio do sistema de metrô e de linhas integradas de ônibus (RECIFE, 2020).

Figura 16 - Estação Ferroviária do Recife



Fonte: Acervo da autora (2024).

A praça está delimitada por importantes vias de circulação, como a Avenida Dantas Barreto, a Rua Floriano Peixoto, a Rua Siqueira Campos e a Rua da Assembleia, formando um quadrante urbano que recebe diariamente um alto fluxo de pedestres, veículos e atividades comerciais. O entorno imediato é marcado por equipamentos históricos e culturais, como o Mercado de São José, o Pátio do

Livramento, a Casa da Cultura, igrejas seculares, além de edifícios administrativos e escolares. Essa diversidade funcional intensifica o dinamismo do espaço e reforça a necessidade de sua preservação e requalificação paisagística.

Sua proximidade com terminais de transporte público, comércio popular e atrativos turísticos configura a praça como um ponto estratégico de transição entre diferentes usos urbanos, comerciais, institucionais, culturais e habitacionais. Ela também é atravessada por diferentes fluxos: trabalhadores, turistas, estudantes, ambulantes e moradores em situação de rua.

Por estar inserida em uma área de transição entre o tecido histórico do centro e as zonas de maior verticalização urbana, a Praça Visconde de Mauá adquire papel simbólico e funcional, funcionando como interface entre o passado preservado e os desafios urbanos contemporâneos, como mobilidade, acessibilidade universal, segurança e uso democrático do espaço.

No entanto, apesar da localização privilegiada e da vocação multifuncional, a praça apresenta limitações significativas de uso. O cercamento metálico que restringe acessos, a degradação do mobiliário urbano e a falta de integração com o entorno comprometem sua apropriação pela população e sua vitalidade como espaço público qualificado.

5.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA ÁREA

A Praça Visconde de Mauá remonta ao final do século XIX, mais precisamente ao ano de 1888, quando o Brasil ainda vivia os últimos momentos do período imperial (Figura 17).

Figura 17 - Praça Visconde de Mauá ao final do século XIX



Fonte: <https://algomais.com/5-fotos-das-pracas-do-bairro-de-sao-jose-antigamente/> (2021)

Sua implantação está diretamente associada ao conjunto de intervenções urbanísticas e paisagísticas que marcaram uma nova fase no processo de modernização da cidade do Recife. Essas iniciativas visavam não apenas a reorganização espacial da malha urbana, mas também a criação de áreas públicas voltadas à convivência, ao lazer e ao embelezamento dos espaços centrais, influenciadas por modelos europeus de urbanismo da época (Revista Algomais, 2020).

A escolha do nome da praça homenageia Irineu Evangelista de Sousa, mais conhecido como Visconde de Mauá, uma das figuras mais emblemáticas do século XIX brasileiro. Empresário, banqueiro e político, Mauá foi um dos precursores da industrialização no país, tendo investido em setores como transporte ferroviário, navegação, siderurgia e infraestrutura urbana. Associar sua memória a um espaço público no coração da cidade reforça não apenas o valor simbólico da praça, mas também seu papel enquanto ponto de encontro entre progresso, civilidade e identidade nacional (Recife de Antigamente, 2020).

Ao longo das décadas, a Praça Visconde de Mauá se consolidou como um marco urbano na região central do Recife, integrando-se ao tecido histórico do bairro de São José e refletindo, em sua configuração física e simbólica, as mudanças sociais, políticas e econômicas vivenciadas pela cidade desde o fim do Império (Recife, 2020).

5.3 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

Apesar de seu valor histórico, cultural e urbanístico, a Praça Visconde de Mauá encontra-se atualmente em estado de degradação e subutilização. A ausência de manutenção contínua compromete a integridade dos elementos paisagísticos e arquitetônicos, afetando diretamente a qualidade da experiência dos usuários. Bancos danificados, iluminação pública ineficiente e ausência de mobiliário urbano adequado tornam o espaço pouco atrativo e, por vezes, inseguro, especialmente no período noturno (Cousas do Recife, 2020).

A Figura 18 ilustra a situação atual da Praça Visconde de Mauá, evidenciando o estado de conservação das calçadas.

Figura 18 – Praça Visconde de Mauá

Fonte: Acervo da autora (2024).

A vegetação existente, embora presente em alguns trechos, evidencia sinais de descuido. Gramados desgastados, canteiros mal conservados e árvores sem podas regulares limitam o conforto térmico e reduzem o potencial estético e ambiental do espaço. Em muitos pontos da praça, faltam áreas sombreadas efetivas, o que prejudica o uso do espaço em horários de maior incidência solar (Santos, 2020).

A Figura 19 ilustra a fonte central da praça, com água estagnada e sinais de abandono, reforçando o quadro de falta de manutenção.

Figura 19 - Fonte central da praça com água estagnada e sinais de abandono



Fonte: Acervo da autora (2024)

Outro fator relevante é a presença desordenada do comércio informal, tanto no entorno quanto em alguns pontos internos da praça. Embora seja comum em centros urbanos, quando mal distribuído, esse tipo de uso compromete a circulação dos pedestres, reduz a visibilidade do espaço público e contribui para a descaracterização da paisagem urbana.

Do ponto de vista funcional, a Praça Visconde de Mauá não atende plenamente aos princípios de acessibilidade universal. A inexistência de rampas, pisos táteis e sinalizações adequadas dificulta o uso por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A circulação interna, ainda que demarcada por caminhos pavimentados, apresenta trechos com desníveis, trincas e desgaste, oferecendo riscos aos usuários.

Em termos sociais, a praça perdeu parte de sua vitalidade como espaço de convivência cotidiana. A sensação de insegurança, real ou percebida, contribui para o afastamento da população, sobretudo em horários de menor movimento. Isso gera

um ciclo de abandono, em que a menor frequência de usuários favorece o uso indevido e afasta ainda mais a apropriação legítima do espaço.

Um dos elementos que contribui para essa desconexão simbólica e espacial é o gradil metálico que cerca a praça. Embora concebido como medida de proteção, ele atua como barreira visual e física, impedindo uma integração espontânea com o entorno urbano. O cercamento reforça a ideia de exclusão e distanciamento, contrariando os princípios do urbanismo inclusivo e participativo.

A Figura 20 mostra a fachada da Casa da Cultura, atualmente em processo de restauração, além do cercamento metálico que delimita a praça e contribui para o isolamento do espaço.

Figura 20 - Fachada da Casa da Cultura atualmente



Fonte: Acervo da autora (2024)

Dessa forma, o diagnóstico revela que a Praça Visconde de Mauá demanda intervenções urgentes e integradas. A requalificação deve contemplar a restauração dos elementos históricos e paisagísticos, a melhoria da infraestrutura, a ampliação da acessibilidade universal, além da implementação de estratégias de ativação social, que promovam o sentimento de pertencimento e o uso contínuo da praça pela população.

5.4 DIRETRIZES E LEGISLAÇÃO URBANA

A Praça Visconde de Mauá está inserida em uma zona de alta relevância histórica e cultural da cidade do Recife: o bairro de São José, cuja configuração urbana remonta ao período colonial e abriga diversos exemplares arquitetônicos e monumentos tombados (Revista Algomais, 2020). Diante desse contexto, o espaço encontra-se sujeito a uma série de normas legais e diretrizes urbanísticas que visam proteger o patrimônio histórico e orientar intervenções que respeitem a memória coletiva.

Do ponto de vista da proteção patrimonial, a praça integra o perímetro de tombamento federal definido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o que implica que qualquer intervenção, seja de restauro, requalificação paisagística ou inserção de mobiliário urbano, deve ser previamente analisada e aprovada pelo órgão. O IPHAN estabelece critérios rígidos para a preservação das características originais, assegurando que toda modificação respeite o valor simbólico, cultural e histórico do bem protegido (IPHAN, 2015).

Além da legislação federal, a praça também está submetida às normas do *Plano Diretor do Recife (PDR)* e à legislação municipal de uso e ocupação do solo. O PDR reconhece o bairro de São José como uma Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEHPH), o que reforça a obrigatoriedade de compatibilizar qualquer proposta de requalificação com os critérios de conservação paisagística e arquitetônica do sítio urbano (Recife, 2020).

Do ponto de vista ambiental, mesmo não se tratando de uma unidade de conservação formal, a Praça Visconde de Mauá exerce função ecológica relevante, sobretudo pela sua vegetação arbórea e permeabilidade do solo. O projeto de requalificação deve, portanto, estar alinhado com o *Plano Municipal de Arborização Urbana*, que orienta sobre a utilização de espécies nativas, estratégias de sombreamento e melhoria da drenagem urbana (Recife, 2023).

Em relação à acessibilidade, a legislação vigente, especialmente o *Decreto Federal nº 5.296/2004* e a *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)*, determina que os espaços públicos devem garantir acesso universal, incluindo rotas acessíveis, rampas com inclinação adequada, sinalização tátil e visual, e mobiliário urbano inclusivo (Cortez, 2021). Esses elementos são

indispensáveis para assegurar o caráter democrático, seguro e inclusivo da praça, promovendo o uso por todos os perfis de usuários.

Portanto, o projeto de requalificação da Praça Visconde de Mauá deve considerar, de forma integrada, os aspectos históricos, ambientais, sociais e funcionais, respeitando as legislações vigentes e dialogando com os órgãos responsáveis. O equilíbrio entre preservação e inovação será fundamental para garantir um espaço qualificado, acessível e representativo da identidade urbana do Recife.

5.5 ANÁLISE DO ENTORNO.

5.5.1 Estudo de Insolação

O estudo da insolação na Praça Visconde de Mauá revela aspectos importantes sobre o conforto ambiental e a permanência dos usuários ao longo do dia. Inserida em uma região urbana adensada, a praça é cercada por edificações de médio porte que interferem parcialmente na incidência solar direta, especialmente nos extremos do dia. No entanto, grande parte da área central permanece exposta, sem proteção adequada contra o sol.

Durante o período da manhã, a face leste da praça recebe os primeiros raios solares, favorecendo a iluminação natural dos acessos voltados para a Estação Central. Já no turno da tarde, a orientação oeste intensifica a incidência solar nas áreas centrais, agravando o desconforto térmico em horários de temperatura mais elevada, sobretudo em dias secos e com pouca cobertura vegetal (Cortez, 2021).

Atualmente, a arborização existente é pontual e insuficiente, não sendo capaz de oferecer sombreamento contínuo ou eficaz ao longo do dia. A ausência de árvores de grande porte com copas largas, somada à falta de estruturas arquitetônicas sombreadoras, como pérgulas ou toldos leves, limita a permanência dos usuários, especialmente nos horários de maior insolação.

Esse diagnóstico evidencia a necessidade de ampliar significativamente as áreas sombreadas, tanto por meio do plantio de novas espécies arbóreas nativas, adaptadas ao clima local, quanto da instalação de elementos arquitetônicos de proteção solar. A adoção dessas estratégias contribuirá para a formação de

microclimas mais agradáveis, favorecendo o uso contínuo da praça durante todo o dia e estimulando sua apropriação pela comunidade local.

Assim, o estudo de insolação se torna uma ferramenta essencial para orientar as diretrizes projetuais, fundamentando as decisões relacionadas ao conforto térmico, à arborização e à disposição do mobiliário urbano na proposta de requalificação.

5.5.2 Tipologia de Uso do Espaço

A Praça Visconde de Mauá encontra-se inserida em um contexto urbano multifuncional, onde diferentes tipologias de uso coexistem em seu entorno imediato. Predominam atividades comerciais que conferem dinamismo e alto fluxo de pessoas ao longo do dia. A proximidade com a Estação Central do Recife intensifica ainda mais esse cenário, consolidando a praça como um ponto de passagem, encontro e, potencialmente, permanência.

Entre os principais equipamentos do entorno estão mercados populares, pequenas lojas, agências bancárias, paradas de ônibus e estruturas ferroviárias. Também se destacam algumas edificações de uso misto (comercial e residencial), além de igrejas históricas e espaços culturais que contribuem para a densidade simbólica da região.

Apesar dessa diversidade funcional, o uso efetivo da praça é reduzido em comparação ao seu potencial. A falta de infraestrutura adequada, de mobiliário atrativo e de segurança compromete a ocupação plena do espaço. Ainda assim, em determinados momentos do dia, observa-se a presença de vendedores ambulantes, pequenos grupos em circulação ou em espera, e usuários em trânsito entre modais de transporte. Há também uma presença ocasional de pessoas em situação de rua, o que, embora demande uma resposta social, não deve ser considerado como fator excludente do uso do espaço.

A requalificação da praça, portanto, deve considerar essa vocação multifuncional e desenvolver estratégias que articulem lazer, cultura, circulação e acolhimento, respeitando as diversas formas de ocupação urbana que já acontecem no local.

5.5.3 Circulação e Classificação Viária

A Praça Visconde de Mauá está inserida em um ponto de articulação estratégica da malha viária do centro do Recife, cercada por vias de alta circulação que exercem papéis complementares na dinâmica urbana local. Entre elas, destacam-se a Avenida Dantas Barreto e a Rua Floriano Peixoto, classificadas como vias arteriais, responsáveis pela conexão entre diferentes zonas da cidade e pelo escoamento intenso de tráfego motorizado, incluindo automóveis, ônibus e táxis.

Complementando essa estrutura, encontram-se ao redor da praça diversas vias coletoras e secundárias, que estabelecem o acesso direto a áreas comerciais, institucionais e culturais do entorno. A presença marcante da Estação Central do Recife, um dos principais terminais intermodais da cidade, amplia o papel da praça como um ponto-chave de circulação intermodal, onde convergem pedestres, ciclistas, usuários de transporte público e, em maior escala, veículos particulares.

Apesar dessa centralidade, a circulação de pedestres encontra sérios entraves. As calçadas são estreitas, irregulares e pouco acessíveis, dificultando a mobilidade de pessoas com deficiência, idosos e usuários com carrinhos de bebê. A ausência de sinalização horizontal e vertical adequada, somada ao alto fluxo de veículos e à ocupação do espaço por comércio informal, compromete a fluidez e a segurança dos deslocamentos não motorizados.

A travessia entre os lados da praça é dificultada, sobretudo nos horários de pico, pela falta de faixas de pedestre bem-posicionadas e semáforos acessíveis, o que desencoraja a permanência e a apropriação do espaço por parte da população. Além disso, não há estrutura cicloviária integrada ao desenho urbano local, o que inviabiliza deslocamentos sustentáveis por bicicleta.

Diante desse cenário, as diretrizes de requalificação deverão priorizar a mobilidade ativa e o acesso universal, considerando os seguintes aspectos:

- Requalificação das calçadas, com ampliação, nivelamento e uso de materiais táteis;
- Implantação de travessias seguras e sinalizadas, em todos os lados da praça, com rampas e tempos semaforicos adequados;
- Implantação quiosques padronizados incentivando comércio, ordenando o comércio informal existente na área e melhorando as zonas de circulação livre;

- Integração com a malha cicloviária existente, estimulando o uso de bicicletas;
- Articulação com a Estação Central, promovendo o acesso eficiente ao transporte público e incentivando o uso não motorizado do espaço.

Ao repensar a circulação a partir de uma lógica centrada no pedestre e na inclusão, a requalificação da Praça Visconde de Mauá poderá restituir seu papel como ponto de encontro, passagem e permanência no coração da cidade.

5.5.4 Vegetação Existente e Massas Verdes

A vegetação atual da Praça Visconde de Mauá é limitada, tanto em quantidade quanto em diversidade. Existem algumas palmeiras de médio porte, espalhadas pontualmente, que oferecem sombra restrita e cobertura vegetal pouco eficiente. A ausência de gramados bem cuidados, canteiros floridos e espécies ornamentais compromete o valor paisagístico e ambiental da praça, tornando o espaço visualmente empobrecido e pouco atrativo para permanência.

Historicamente, a praça possuía maior densidade de vegetação, com projetos paisagísticos alinhados às propostas de embelezamento urbano típicas do final do século XIX. Com o tempo, essas características foram se perdendo, seja por intervenções mal-conduzidas, seja pela falta de manutenção sistemática. Hoje, o verde não ocupa o papel central que deveria ter em um espaço público de permanência e lazer.

A proposta de diretrizes de requalificação deve, portanto, reintegrar o elemento vegetal como componente estruturante do projeto, com a introdução de espécies nativas, árvores de sombra, paisagismo funcional e sustentável, áreas de permeabilidade e soluções ecológicas que contribuam para o conforto ambiental, a estética urbana e a biodiversidade local.

Diante desse cenário descrito, torna-se evidente a necessidade de uma intervenção que vá além da simples restauração estética: é preciso redesenhar o espaço público de forma estratégica, integrando suas múltiplas dimensões (histórica, ambiental, social e funcional), de modo a devolver à Praça Visconde de Mauá sua centralidade como lugar de encontro, permanência, circulação e pertencimento.

Essa compreensão servirá de base para a construção da proposta de intervenção apresentada no capítulo seguinte, a qual buscará resgatar a vocação original da praça, adaptando-a as necessidades contemporâneas de uso, mobilidade, sustentabilidade e integração comunitária.

6 DIRETRIZES DE REQUALIFICAÇÃO

6.1 DIRETRIZES

O projeto de diretrizes de requalificação da Praça Visconde de Mauá parte da compreensão da sua relevância histórica, funcional e simbólica para o centro do Recife. Como etapa inicial, foram realizados levantamentos fotográficos, medições *in loco*, análise documental e estudo de fluxos urbanos, a fim de diagnosticar o estado atual da praça e identificar suas potencialidades e fragilidades.

O mapeamento foi feito com base em metodologias de análise de espaço público, seguindo as abordagens propostas por Carmona *et al.* (2003), que consideram fatores como acessibilidade, vitalidade, legibilidade e conforto ambiental.

Com base nesses dados, foram estabelecidas diretrizes norteadoras para a elaboração do projeto. Entre elas destacam-se: (1) valorização da memória histórica e identidade cultural do local; (2) ampliação e qualificação das áreas verdes com espécies nativas; (3) promoção da acessibilidade universal por meio de rotas contínuas e sinalização tátil; (4) priorização da mobilidade ativa e da integração com o transporte coletivo; (5) incentivo à permanência, ao lazer e à apropriação comunitária do espaço; e (6) conexão visual e funcional com os equipamentos culturais do entorno, como a Casa da Cultura e o Museu do Trem.

Autores como Gehl (2013) reforçam a importância de projetar espaços públicos que incentivem o uso contínuo e a vida urbana ativa, com foco nas necessidades humanas e na escala do pedestre. Para o autor, a cidade deve ser pensada “para as pessoas”, com ambientes convidativos, seguros e confortáveis para estar, caminhar e interagir.

6.2 LEVANTAMENTO DO PROGRAMA DE NECESSIDADES

Com base na análise do local, nas observações comportamentais dos usuários e nas demandas levantadas com comerciantes e moradores do entorno, foi definido o seguinte programa de necessidades para a requalificação da praça:

- Criação de novas áreas verdes com inserção de espécies de copa larga para sombreamento e conforto térmico;
- Elevação de canteiros com proteção das raízes e valorização do paisagismo;
- Instalação de bancos cimentícios em formato orgânico e contínuo ao redor das áreas de convivência, com integração de ripas de madeira fixadas na estrutura, proporcionando maior conforto térmico, visual e melhorando a experiência de permanência dos usuários;
- Preservação das ruínas históricas com implantação de gradis de proteção;
- Ampliação da ciclofaixa de unidirecional para bidirecional na Avenida Floriano Peixoto, conectando a praça a rotas cicloviárias existentes e ao transporte público, especialmente à estação de metrô. A ciclovia não atravessa mais o interior da praça, respeitando seu novo caráter de área prioritariamente para pedestres. Considerando a proposta de priorização do pedestre, optou-se por não segregar os modais leves, permitindo a convivência harmoniosa entre ciclistas e pedestres no mesmo espaço urbano.
- Requalificação da rua Rio Capibaribe, posterior à Casa da Cultura, com substituição do pavimento intertravado da via e aplicação de pedra portuguesa nas calçadas;
- Espaços definidos para bicicletários, estação de bicicletas compartilhadas (Bike Itaú) realocado e mobiliário de apoio ao ciclista;
- Estruturação de abrigo coberto com pergolado em área de parada de ônibus reativando a parada que anteriormente existia e foi desativada;
- Sistema de iluminação com diferentes níveis, incluindo postes viários e luminárias retrô de estatura baixa, que se integram ao ambiente nas áreas de convivência.
- Inclusão de mobiliário urbano acessível e lixeiras.

6.3 ESTRATÉGIAS DE ZONEAMENTO

O as diretrizes do projeto foram estruturadas a partir da setorização em três macrozonas funcionais: (1) zona de circulação, (2) zona de permanência e (3) zona de contemplação. A zona de circulação organiza-se por meio da requalificação das vias urbanas e da inserção de ciclofaixas com sinalização horizontal e vertical, garantindo conexão segura entre modais.

As áreas de permanência foram implantadas com base na análise dos fluxos de passagem e dos pontos de descanso espontâneo. Nestes locais, foram posicionados bancos, arborização, iluminação e elementos interativos. A zona de contemplação foi concebida com foco na valorização dos elementos históricos e na experiência sensorial do usuário, a partir da manutenção das ruínas, paisagismo envolvente e percursos acessíveis.

O desenho urbano orienta os fluxos visuais e físicos entre a praça e os polos culturais vizinhos, garantindo integração com a Casa da Cultura e o Museu do Trem, além de respeitar os eixos históricos de circulação da cidade.

6.4 MEMORIAL DESCRITIVO DA PROPOSTA DE DIRETRIZES

O as diretrizes do projeto propõem a reconfiguração da Praça Visconde de Mauá como um espaço público plural, seguro e atrativo. A pavimentação em pedra portuguesa foi escolhida como material de acabamento por sua durabilidade, permeabilidade e valor simbólico ligado à memória urbana recifense. As árvores existentes foram mantidas, com inserção de novos canteiros elevados a 0,60m, contornados por bancos cimentícios moldados in loco, promovendo integração entre vegetação e áreas de estar.

A área anteriormente ocupada por um lago desativado foi convertida em um novo espaço de convivência, com vegetação baixa, pavimentação tátil e mobiliário acessível. As ruínas foram cercadas com gradis discretos, passando a integrar o circuito de contemplação e educação patrimonial.

A antiga parada de ônibus foi redesenhada com cobertura em pergolado de madeira, proporcionando sombra, ventilação e identidade visual, marcando também a chegada da praça. A proposta valoriza a conexão entre mobilidade urbana e

espaço público, incentivando o uso do transporte coletivo e dos modos sustentáveis de deslocamento.

6.5 PAISAGISMO E INSERÇÃO DA VEGETAÇÃO

O paisagismo foi concebido como elemento estruturador das diretrizes do projeto, atuando não apenas como componente estético, mas como ferramenta de qualificação ambiental, conforto térmico e identidade local. Foram priorizadas espécies nativas e adaptadas ao clima tropical úmido, buscando-se formar um estrato arbóreo diversificado, com espécies de médio e grande porte, arbustos floríferos e vegetação rasteira ornamental.

Entre as espécies selecionadas destacam-se: ipê-roxo (*Handroanthus impetiginosus*), pau-brasil (*Paubrasilia echinata*), sibipiruna (*Caesalpinia pluviosa*), quaresmeira (*Tibouchina granulosa*), palmeira imperial (*Roystonea oleracea*), além de espécies de forração como aspérides, lírio e capim-do-texas ornamental, que reforçam a estética e a biodiversidade local.

Os canteiros elevados funcionam como proteção das raízes e barreiras naturais de direcionamento de fluxo, evitando o pisoteio excessivo e contribuindo para o controle da drenagem superficial. O sistema vegetal foi pensado com base nos princípios do paisagismo sustentável, considerando manutenção simplificada, biodiversidade e uso racional da água.

Segundo Leite (2012), o paisagismo deve “dialogar com a arquitetura e com as funções sociais do espaço urbano”. Nesse sentido, a vegetação foi integrada aos eixos de circulação, às áreas de convivência e aos elementos históricos, reforçando a identidade local e oferecendo ambientes de permanência agradáveis.

6.6 EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO URBANO

Foram definidos equipamentos urbanos que priorizam resistência, ergonomia, acessibilidade e harmonia com o contexto histórico. Os bancos em concreto moldado, com formas orgânicas e contínuas, proporcionam conforto térmico e integração ao paisagismo. As lixeiras foram dispostas em pontos estratégicos da praça.

As diretrizes de projeto incluem bicicletários protegidos, sinalização tátil e visual, além de gradis de proteção em áreas sensíveis. A iluminação urbana foi distribuída em duas escalas: (1) postes baixos, estilo retrô para iluminação geral e (2) luminárias de média altura para áreas de convivência.

Inspirada nas ideias de Jacobs (2000), a proposta busca ativar o espaço público por meio da presença constante de pessoas, garantindo visibilidade e segurança. A escolha dos equipamentos visa estimular o uso contínuo da praça, promovendo o encontro, o descanso e a interação social em um ambiente acolhedor e bem estruturado.

Logo, a proposta de requalificação da Praça Visconde de Mauá representa um esforço consciente de resgate da função social, histórica e ambiental deste espaço público central para a cidade do Recife. Através da articulação entre mobilidade urbana, paisagismo, acessibilidade e memória coletiva, o projeto propõe um novo olhar sobre o espaço urbano, reafirmando seu papel como lugar de encontro, contemplação e convivência cidadã.

O conjunto de intervenções planejadas valoriza a identidade local e oferece respostas concretas às necessidades contemporâneas de inclusão, sustentabilidade e segurança, em consonância com os princípios do urbanismo humanizado e da cidade para todos, defendidos por autores como Jan Gehl (2013) e Jacobs (2000).

Ao priorizar o pedestre, integrar diferentes modais de transporte, recuperar o patrimônio histórico e ampliar a presença do verde urbano, a proposta assume um papel estratégico dentro da dinâmica do centro do Recife. A Praça deixa de ser apenas um ponto de passagem para se tornar, de fato, um espaço de permanência, acolhimento e pertencimento.

A proposta não apenas visa atender aos parâmetros técnicos e legais da requalificação urbana em áreas tombadas, como também propõe reconectar a população à Praça Visconde de Mauá por meio de soluções paisagísticas integradas, infraestrutura inclusiva e desenho urbano sensível às dinâmicas contemporâneas. A praça volta a ser lugar de permanência, encontro, expressão cultural e memória viva

6.7 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA E PRANCHAS TÉCNICAS

Com o objetivo de materializar as ideias projetuais de forma clara e acessível, foi desenvolvida uma prancha técnica com uma representação gráfica detalhada do projeto. A representação inclui planta de implantação, cortes esquemáticos, perspectivas ilustrativas, fluxogramas de circulação, estudo de paisagismo e detalhes de mobiliário urbano.

Esse material gráfico tem como finalidade facilitar a compreensão das diretrizes projetuais tanto para técnicos quanto para o público em geral, servindo como instrumento de comunicação entre os diferentes agentes envolvidos no processo de implementação. A representação visual, segundo Amorim (2010), é essencial no urbanismo contemporâneo, pois traduz conceitos e diretrizes em imagens que facilitam a tomada de decisões e o engajamento da comunidade.

A seguir, estão as principais pranchas gráficas que sintetizam o projeto de requalificação da Praça Visconde de Mauá. Elas foram elaboradas com base nos levantamentos de campo, diagnóstico da situação atual e diretrizes projetuais discutidas nos capítulos anteriores. Cada uma das representações visa comunicar de forma clara e objetiva as intervenções propostas, garantindo a coerência entre o conceito do projeto e sua aplicação prática.

A Planta Baixa da Praça Visconde de Mauá apresenta a área da intervenção inserida no contexto urbano da cidade, destacando os principais acessos, edificações existentes (como a Casa da Cultura e o Museu do Trem) e a distribuição atual da vegetação.

Essa visão geral permite compreender a relação entre a praça e o tecido urbano ao seu redor, evidenciando os limites do projeto e o potencial de integração com o entorno imediato.

A planta baixa da Praça Visconde de Mauá (Anexo A) mostra com mais detalhe a organização espacial proposta para a praça, evidenciando a setorização das áreas de convivência, circulação, vegetação e implantação de novos equipamentos urbanos.

São visíveis as áreas elevadas para proteção das árvores, os caminhos de piso intertravado e o cuidado com o traçado das áreas verdes, oferecendo maior conforto térmico e funcionalidade aos usuários.

A planta baixa da Praça Visconde de Mauá (Anexo A) são apresentadas as intervenções de requalificação do entorno imediato da praça, com destaque para a criação de áreas exclusivamente destinadas à circulação de pedestres, a implantação de ciclofaixas bidirecionais, reorganização de paradas de ônibus, espaços acessíveis e novos mobiliários urbanos. A proposta valoriza o caminhar, a convivência e o uso contínuo do espaço público.

Na Prancha síntese da Praça Visconde de Mauá (Anexo D) apresenta a nova configuração do sistema viário no entorno da praça, contemplando ajustes nos sentidos das vias, melhoria na conectividade com os modais de transporte público e individual, e reforço das conexões com áreas adjacentes. Essa modificação visa facilitar o acesso à praça, reduzir conflitos entre veículos e pedestres e tornar o espaço mais seguro e fluido

A disposição do mobiliário urbano na Praça Visconde de Mauá foi cuidadosamente planejada para valorizar os espaços de permanência, garantir fluidez na circulação e atender às diferentes faixas etárias e perfis de usuários. Como pode ser observado na Planta Baixa – Mobiliário da Praça Visconde de Mauá (Anexo B), foram inseridos bancos com formatos orgânicos, pergolados que promovem áreas sombreadas, lixeiras, bebedouros, bicicletários e elementos de acessibilidade.

A implantação estratégica dos equipamentos visa reforçar a convivência social, o conforto térmico e a segurança, respeitando a lógica de setorização proposta no projeto.

A representação gráfica apresentada por meio das pranchas técnicas é fundamental para consolidar as diretrizes conceituais e funcionais do projeto de requalificação da Praça Visconde de Mauá. Por meio delas, é possível visualizar com clareza a organização espacial proposta, a articulação entre os elementos urbanos e a integração da praça com seu entorno imediato. As plantas revelam um espaço pensado para o uso coletivo, acessível, seguro e ambientalmente qualificado.

Mais do que ilustrações, essas pranchas funcionam como instrumentos de comunicação entre projeto e sociedade, facilitando o entendimento das soluções e ampliando o potencial de participação dos usuários no processo de transformação do espaço público. Assim, a representação gráfica se firma como etapa essencial na materialização de um projeto comprometido com a valorização do patrimônio, a inclusão social e a sustentabilidade urbana.

6.8 MODELAGEM 3D E VISUALIZAÇÃO DA PROPOSTA

A modelagem tridimensional (3D) foi utilizada como ferramenta fundamental para a visualização espacial do projeto de requalificação da Praça Visconde de Mauá, desenvolvendo a prancha síntese do projeto (ANEXO E). Através da construção digital do ambiente projetado, foi possível simular volumes, materiais, mobiliários e vegetação, proporcionando uma leitura realista e dinâmica das soluções propostas. Assim como também testando materiais, combinações de cores e texturas para propor uma melhor harmonização da proposta para as diretrizes.

Essa etapa do processo foi essencial para antecipar a experiência do usuário no espaço, avaliando a proporção entre os elementos, o impacto visual das intervenções e a integração do novo com o existente. A modelagem possibilitou ainda a verificação de sombreamento das árvores e estruturas ao longo do dia, reforçando estratégias de conforto térmico e permanência.

Foram elaboradas imagens em perspectiva, simulações de passeio virtual e renderizações de pontos estratégicos da praça, com foco nas áreas de convivência, acessos principais, ciclovia, cobertura do abrigo de ônibus, gradis das ruínas e áreas de paisagismo. Esses materiais visuais foram produzidos com base no modelo 3D no Sketchup desenvolvido a partir da planta baixa de implantação e dos cortes técnicos, garantindo fidelidade às soluções apresentadas nas pranchas.

Segundo Silva e Borges (2017), a modelagem digital é um instrumento de apoio à tomada de decisões em projetos urbanos, permitindo ao projetista e à comunidade compreenderem o impacto das intervenções de forma mais intuitiva e acessível.

A representação 3D também desempenha papel estratégico na apresentação do projeto à população e aos órgãos gestores, servindo como ferramenta de

comunicação clara, transparente e democrática. Ao permitir a imersão e a aproximação do público com o espaço projetado, reforça-se o vínculo afetivo e a apropriação do lugar, objetivos centrais de qualquer requalificação urbana comprometida com o bem-estar coletivo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal propor diretrizes de requalificação para a Praça Visconde de Mauá, no centro histórico do Recife, por meio de uma abordagem multidisciplinar que integrasse aspectos históricos, ambientais, funcionais e sociais.

A partir de um diagnóstico técnico e sensível da área de intervenção, foi possível compreender não apenas suas fragilidades estruturais e paisagísticas, mas também seu potencial simbólico e urbano, reconhecendo a importância da praça enquanto espaço de memória e vida coletiva.

A proposta das diretrizes foi norteada pelos princípios do urbanismo humanizado e inclusivo, com foco na mobilidade ativa, no conforto ambiental, na preservação do patrimônio histórico e na criação de uma paisagem urbana que respeite a diversidade de usos e usuários. Foram adotadas estratégias que promovem a convivência, a acessibilidade universal, à valorização da vegetação nativa, o uso de mobiliário adequado e a integração entre os modais de transporte e os equipamentos culturais do entorno.

A representação gráfica detalhada e a modelagem tridimensional permitiram materializar visualmente as diretrizes do projeto, facilitando a comunicação com diferentes públicos e reforçando o compromisso com um urbanismo acessível, sustentável e participativo.

Mais do que um exercício acadêmico, esta proposta representa um gesto de cuidado com a cidade, uma tentativa de reconectar o espaço público com seus cidadãos, resgatando a função social da praça como lugar de encontro, acolhimento e pertencimento. Ao requalificar a Praça Visconde de Mauá, pretende-se não apenas restaurar um patrimônio físico, mas reavivar os vínculos afetivos e sociais que ali existem, ou que podem ser resgatados.

Espera-se que este trabalho contribua para o debate sobre as políticas públicas de requalificação urbana, sensibilize gestores, inspire outros profissionais e

reforce o papel da arquitetura paisagística e urbanística como instrumento de transformação social. Que a cidade seja, cada vez mais, um lugar de dignidade, diversidade e convivência plena para todos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALEX, Sun. **Projeto** da Praça. São Paulo: Senac, 2008.

AMORIM, Luiz Carlos. Representações gráficas no urbanismo: importância da comunicação visual nos processos participativos. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 24, p. 37–55, 2010.

ARANTES, Rafael de Aguiar. O (s) espaço (s) público (s) numa cidade desigual e segregada. **Caderno CRH**, v. 34, p. e021010, 2021.

ARCHDAILY BRASIL. **Requalifica o de espaços públicos**: promovendo conexões humanas nas cidades. 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/947009/requalificacao-de-espacos-publicos-promovendo-conexoes-humanas-nas-cidades>. Acesso em: 14 mar. 2025.

ASCHER, François. **Os Novos Princípios do Urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra; 2010.

BARBOSA, Tatiane; LIMA, Rafael. Caminhabilidade: avalia o da qualidade dos espaços públicos para pedestres. **Revista de Planejamento Urbano Sustentável**, v. 16, n. 2, p. 47-64, 2022.

BARROS, Adriano de Oliveira; JUNIOR, Isaias Lobão Pereira. A Abertura dos Portos Brasileiros no Período Imperial. **Revista de Geopolítica**, v. 14, n. 4, p. 1-14, 2023.

BORJA, J. E; MUXI, Z. **El Espacio Público**: Ciudad y Ciudadania. Electa. Barcelona, 2001.

BRUM, Cristhian Moreira et al. DIREITO   CIDADE: Inter-rela es dos espaços públicos com a promo o do bem viver das pessoas. **Pixo: Revista de Arquitetura Cidade e Contemporaneidade**, v. 6, n. 23, 2022.

BUDKE, U slei Germano et al. Revitaliza o da praça doutor harry quadros de oliveira júnior em SEARA/SC. **Anais de Arquitetura e Urbanismo/ISSN 2527-0893**, v. 2, n. 1, p. 218-234, 2024.

CAMARA, Inara Pagnussat et al. Análise da qualidade de vida urbana sob a perspectiva dos espaços públicos de lazer em Videira, SC. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Constru o**, v. 13, p. e022004-e022004, 2022.

CAMPOS, Marcos; ANDRADE, Letícia. Optimization of the location and design of urban green spaces. **International Journal of Urban Planning**, v. 29, n. 1, p. 33-52, 2023.

CAMPOS, Maria Luísa; GONÇALVES, João Pedro. A requalifica o urbana: para regenera o de espaços verdes de praça pública em Santana do Araguaia-PA. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 18, n. 1, p. 45-59, 2024.

CANEIRA, M. R. **Metodologia e estratégias de requalificação do espaço público: estudo de caso da Praça do Comércio em Lisboa**. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagista) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020.

CAOS PLANEJADO. **Definindo o espaço público**: conceitos fundamentais. Publicado em 13 de fev. 2025. Erick Villagomez. Disponível em: <https://caosplanejado.com/definindo-o-espaco-publico-conceitos-fundamentais/>. Acesso no dia 26 de març. 2025.

CARDOSO, Sabine Ruth Popov. **Espaço público na metrópole contemporânea**. Editora Intersaberes, 2022.

CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. Editora Contexto, 2025.

CARMONA, Matthew et al. **Public places, urban spaces**: the dimensions of urban design. Oxford: Architectural Press, 2003.

CAVALCANTE, Thaís Frota Ferreira et al. Dinâmica espacial e (i) mobilidade urbana no centro de Pau dos Ferros/RN. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 11, n. 2, p. 427-457, 2022.

CHAVES, Sammya Vanessa Vieira et al. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades: Uma análise do plano diretor de ordenamento territorial de Teresina (PDOT). **REVISTA EQUADOR**, v. 10, n. 3, p. 103-123, 2021.

CONCURSOS DE PROJETO. **Concurso – Parque da Tamarineira – Recife – Primeiro Lugar**. Publicado em: 23 out. 2011. Disponível em: <https://concursosdeprojeto.org/2011/10/23/concurso-parque-da-tamarineira-%E2%80%93-recife-%E2%80%93-primeiro-lugar/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

CORSI, Henrique Politi; ABASCAL, Eunice Helena Sguizzardi. Espaço público e parques urbanos: A disputa pública pelo novo Parque Augusta. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, v. 22, n. 1, p. 119-135, 2022.

CORTEZ, Karine Maria Gonçalves. **Análise da arquitetura da Praça Mauá como cartão de apresentação nacional**. 2021. 143 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

COSTA, Bruno; RIBEIRO, Tânia. Qual é a importância de ter espaços públicos acessíveis? **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, n. 4, p. 21-37, 2024.

COTRINHO, H. K. A.; VASCONCELOS, C. Requalificação urbana com sustentabilidade: orla da Barreira dos Campos de Santana do Araguaia-PA. **Impact Projects**, v. 2, n. 2, p. 51-64, 2023.

COUSAS DO RECIFE. Em 1937, Z. **Já apontava o abandono da Praça Visconde de Mauá**. Instagram, 2020. Disponível em:

<https://www.instagram.com/cousasdorecife/p/DCh3YH7KIPS/>. Acesso em: 28 mar. 2025.

CRUZ, D. L. da. **Requalificação paisagística do Parque Cesamar em Palmas-TO: estratégias para um ambiente sustentável**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Luterana do Brasil, Palmas, 2021.

DANTAS, Rafael. 5 fotos das praças do Bairro de São José antigamente. **Revista Algomais**, 17 jun. 2021. Disponível em: <https://algomais.com/5-fotos-das-pracas-do-bairro-de-sao-jose-antigamente/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

DELFINO, M. A.; SOUZA, R. F. Os benefícios do paisagismo sustentável em áreas externas de empresas e como implementá-lo. **Blog Delta Facilities**, 2023.

FERNANDES, Inês Neto Capaz Coutinho. **Requalificação do espaço público urbano. Caso de estudo-Bairro do Olival de Fora**. 2012. 85f. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa - ISA/UTL, Lisboa, 2012.

FERNANDES, Lucas; SILVA, Mariana. Bairros-jardim: integração entre urbanismo e natureza. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, n. 1, p. 145-160, 2021.

FERNANDES, R. S.; ALMEIDA, J. P. Infraestrutura verde como estratégia de requalificação paisagística sustentável. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 15, n. 1, p. 45-60, 2023.

FERREIRA, Juliana Costa; MENDES, Carla Regina. A influência de onde moramos na nossa qualidade de vida. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 25, n. 2, p. 210-225, 2023.

FILOMENA, Gabriele; VERSTEGEN, Judith A. Modelagem do efeito de marcos na dinâmica de pedestres em ambientes urbanos. **Computadores, Meio Ambiente e Sistemas Urbanos**, v. 86, p. 101573, 2021.

FONSECA, Ana; OLIVEIRA, Tiago. Espaços públicos: promoção de saúde, qualidade de vida e bem-estar. **Revista UNIFACS**, v. 21, n. 3, p. 77-95, 2023.

GALENDER, Fany Cutcher. Considerações sobre a conceituação dos espaços públicos urbanos. **Paisagem e ambiente**, n. 4, p. 113-120, 1992.

GATTI, Simone. **Espaços Públicos: Diagnóstico e metodologia de projeto**. São Paulo: ABCP, 2013.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo, Perspectiva, 2013. 280p.

GOMES, Ramon Oliveira et al. Acessibilidade urbana e vitalidade de praças:: análise de “acessos e conexões” pela ferramenta qualificaurb. **ENCONTRO LATINO AMERICANO E EUROPEU SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES**

SUSTENTÁVEIS, p. 1112-1124, 2021.

GOMES, Ricardo Luiz; SOARES, Patrícia Almeida. A influência da arquitetura na qualidade de vida nas cidades. **Mapa da Obra**, 2023.

GOMES, Helder; SOARES, Livia. A relação entre vegetação urbana e bem-estar: uma abordagem ecológica. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 16, n. 5, p. 2112–2130, 2023.

GONÇALVES, L. M.; PEREIRA, F. S. Requalificação paisagística da Estrada Nacional 14 (Matosinhos). **Repositório Aberto da Universidade do Porto**, 2020.

GUIA GEOGRÁFICO. **Primeiras cidades do Brasil**. Disponível em: <https://www.historia-brasil.com/colonia/primeiras-cidades.htm>. Acesso em: 26 mar. 2025.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Condições de vida, moradia e trabalho no espaço urbano. **Caderno CRH**, v. 35, p. e022031, 2022.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.1984.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Sítios históricos e conjuntos de monumentos nacionais**. Caderno Técnico n. 3. Brasília: IPHAN, 2015. Disponível em: https://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadTec3_SitiosHistoricos_m.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JUNIOR, Luiz Cezar Lima; DE MENESES, Antônio Vital. Gestão ambiental de espaços públicos urbanos. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 10, n. 29, p. 97-106, 2022.

KLEIN, Pâmela; GRIGOLETTI, Giane de Campos. Acessibilidade espacial de deficientes físicos, visuais e idosos em parque público. **PARC: Pesquisa em Arquitetura e Construção**, v. 12, p. e021016-e021016, 2021.

KUMAKOSHI, Yusuke; CHAN, Sau Yee; KOIZUMI, Hideki; et al. Standardized green view index and quantification of different metrics of urban green vegetation. **Landscape and Urban Planning**, v. 203, p. 103898, 2020.

KUYVEN, Tainara et al. Os direitos humanos nos espaços públicos de vivência: um olhar para a Praça dos Imigrantes de Ijuí-RS. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 2, abr./jun., p. 193-209, 2021.

KWON, Oh-Hyun; HONG, Inho; YANG, Jeasurk; et al. Urban green space and happiness in developed countries. **Journal of Urban Planning and Development**, v. 147, n. 1, p. 05020022, 2021.

LEBOEUF, Caroline; CARVALHO, Margarida; KESTENS, Yan; THIERRY, Benoît. Optimization of the location and design of urban green spaces. **Sustainable Cities and Society**, v. 65, p. 102608, 2021.

LEITE, Silvio Soares (org.). **Burle Marx: a permanência do instável**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

LOPES, Carlos; PEREIRA, Júlia. Acessibilidade em parques, praças e espaços livres. **Revista de Mobilidade e Sustentabilidade Urbana**, v. 10, n. 1, p. 55-72, 2023.

LOPES, Gabriel Henrique; ALMEIDA, Sofia Martins de. Parques urbanos e indicadores de sustentabilidade: uma análise da ambiência urbana. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 11, n. 2, p. 85-100, 2022.

LOPES, Paulo. **Circuito da Poesia do Recife: uma rota literária que dança ao som do Carnaval**. Livro News, 2025. Disponível em: <https://livronews.com.br/circuito-da-poesia-do-recife-uma-rota-literaria-que-danca-ao-som-do-carnaval/>. Acesso em: 26 fev. 2025.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade (1960). In: **Anthologie zum Städtebau. Banda III: Vom Wiederaufbau nach dem Zweiten Weltkrieg bis zur zeitgenössischen Stadt**. Gebr. Mann Verlag, 2023. p. 481-488.

MACHADO, Renata; FERREIRA, Lucas. Inclusão e acessibilidade em locais públicos: qual é a importância? **Caderno Técnico de Urbanismo Inclusivo**, v. 15, n. 1, p. 112-129, 2022.

MACIEL, Wellington Ricardo Nogueira. Espaço Público e gestão da segurança urbana: um estudo sociológico da célula de proteção comunitária do bairro Jangurussu. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 21, p. 479-488, 2022.

MALAQUIAS, Wanderson Damasio; LOPES, Lincoln de Souza; COSTA, João Victor da Silva. ACESSIBILIDADE EM PRAÇAS PÚBLICAS DE ARIQUEMES-RO. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, v. 13, n. edespsimpae, 2022.

MANTUANO, Thiago. Martins Lage e Mattos Costa: a formação de um negociante na praça do Rio de Janeiro e em suas conexões atlânticas (1842-1857). **Maracanan**, n. 36, p. 335-357, 2024.

MARIANI, Giulia de Moraes. **Projeto de requalificação da praça da Ponte Seca em Ouro Preto/MG**. 2022. 72 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2022.

MARTINS, A. L.; FERREIRA, T. R. Biodiversidade no paisagismo produtivo como meio sustentável em áreas urbanas. **Revista de Arquitetura e Urbanismo**, v. 5, n. 3, p. 112-130, 2021.

MARTINS, Helena; COSTA, Pedro Henrique. Arborização urbana e qualidade de vida: um estudo de caso em São Paulo. **Revista Árvore**, v. 44, n. 3, p. 1-12, 2020.

MEDEIROS, Bruna Larine Dantas de; NUNES, Talita Cirne. Acessibilidade e inclusão em espaços coletivos de lazer. **Blucher Design Proceedings**, v. 2, p. 573-584.

MELO, Bruno; SOUSA, Vanessa. Parque do Povo (São Paulo): um exemplo de acessibilidade e inclusão. **Revista Brasileira de Espaços Públicos e Sustentabilidade**, v. 13, n. 3, p. 95-110, 2021.

MORAIS, Brendon Ruiz. Revitalização de área urbana a partir do diálogo entre a habitação e uso social do espaço. **Revista VérticeFIB**, v. 1, n. 1, 2022.

NASCIMENTO, Gabriela; PINHEIRO, André. Design de parques públicos: promovendo mobilidade e bem-estar. **Revista Internacional de Planejamento Urbano e Paisagismo**, v. 17, n. 2, p. 112-130, 2024.

NATUREZA URBANA. **Requalificação Urbana de Praças em São Luís**. 2020. Disponível em: <https://naturezaurbana.net/projetos/pracas-em-sao-luis/>. Acesso em: 14 mar. 2025.

_____. O baobá e sua importância nos espaços públicos do Recife. **Natureza Urbana**, 2021. Disponível em: <https://naturezaurbana.com.br>. Acesso em: 20 maio 2025.

O POVO. **Como recuperar uma estátua danificada**. Publicado em: 08 out. 2024. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/reportagem/2024/08/08/como-recuperar-uma-estatuad-danificada.html>. Acesso em: 26 mar. 2025.

OLIVEIRA JUNIOR, Douriedson Nunes; ORLANDO, Paulo Henrique Kingma. A PRAÇA pública urbana e sua paisagem: uma análise da praça Getúlio Vargas na cidade de Catalão (GO) EM 2022. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 8, p. 10615-10636, 2023.

OLIVEIRA, Lucas Amaral de; ARANTES, Rafael de Aguiar. Práticas e processos de produção do espaço urbano: descentrando perspectivas. **Estudos de Sociologia**, vol. 27, n. esp1, p. e022001, 2022.

OLIVEIRA, M. C.; SANTOS, D. F. Requalificação paisagística e sustentabilidade urbana: um estudo de caso em Belo Horizonte. **Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, v. 12, n. 2, p. 233-250, 2020.

PEREIRA, A. L.; COSTA, H. M. Estratégias de requalificação paisagística para a promoção de ambientes urbanos sustentáveis. **Paisagem e Ambiente**, n. 31, p. 123-140, 2019.

PIEVE, Caroline Prediger da; RODRIGUES, Geovane Schulz; OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de. Qualidade de vida e promoção de bem-estar social através da biofilia no

planejamento urbano. **Revista Brasileira de Planejamento Urbano**, v. 12, n. 3, p. 45-62, 2024.

PINTO, D. M.; RUSSO, D. D.; SUDOSO, A. M. Optimal placement of nature-based solutions for urban challenges. **arXiv preprint arXiv:2502.11065**, 2025.

PIPPI, Luis Guilherme Aita; LAUTERT, Alice Rodrigues. Praças como espaços públicos relevantes: Conceitos pertinentes ao projeto. **Revista Projetar-Projeto e Percepção do Ambiente**, v. 4, n. 1, p. 112-124, 2019.

PRIST, Arthur Hirata; BUCCI, Maria Paula Dallari. Direito à Cidade e esfera pública: entre a participação política e a renovação jurídico-urbanística. **Cadernos Metrópole**, v. 23, p. 629-650, 2021.

RAMOS, Juliana; SILVEIRA, Paulo. Praça Raul Soares: revitalização e impacto no bem-estar urbano. **Revista de Patrimônio e Planejamento Urbano**, v. 9, n. 1, p. 67-85, 2023.

RECIFE (Município). **Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife – Diagnóstico ZEPH 10**. Recife: Prefeitura do Recife, 2020. Disponível em: <https://conselhadacidade.recife.pe.gov.br/sites/default/files/2020-12/10%C2%AA%20reuni%C3%A3o%20-%20APR%202020%20DIAGN%C3%93STICO%20ZEPH-10%2014.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2025.

RECIFE DE ANTIGAMENTE. **Estação Central e Praça Visconde de Mauá**. Facebook, 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3299672280173299&id=1206395696167645&set=a.1450291461778066>. Acesso em: 28 mar. 2025.

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA. **A gestão de Carlos Sampaio e o legado da Exposição Internacional do Centenário da Independência de 1922 para a cidade do Rio de Janeiro**. Publicado em: 12 ago. 2022. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/a-gestao-de-carlos-sampaio-e-o-legado-da-exposicao-internacional-do-centenario-da-independencia-de-1922-para-a-cidade-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 26 mar. 2025.

RIBEIRO, Stephany. **Requalificação paisagística: Praça Montepio dos Artistas**. 2024. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

ROCHA, G. F.; MENDES, L. A. Requalificação paisagística e qualidade de vida: um estudo sobre intervenções urbanas sustentáveis. **Revista de Urbanismo e Arquitetura Sustentável**, v. 6, n. 4, p. 75-90, 2021.

RODRIGUES, Carla; PEREIRA, João. Espaços verdes urbanos: importância e impacto na qualidade de vida. **Revista Portuguesa de Estudos Urbanos**, v. 15, n. 2, p. 75-90, 2022.

RODRIGUES, Cláudia; VIEIRA, Eduardo. Espaço partilhado: integrando usuários no espaço público. **Revista de Mobilidade e Inclusão Urbana**, v. 19, n. 4, p. 15-32, 2024.

RODRIGUES, M. C. **Metodologia e estratégias de requalificação do espaço público: estudo de caso da Praça do Comércio em Lisboa**. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagista) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2020.

ROSANELI, Alessandro Filla. A materialidade do domínio comum na cidade contemporânea: Coeficiente de Espaço Público em Curitiba, Brasil. **L'Ordinaire des Amériques**, n. 227, 2021.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. Leya, 2022.

SANTOS, Ana Beatriz dos; PEREIRA, Lucas Matheus. A influência dos elementos da natureza no bem-estar humano em ambientes urbanos. **Cadernos de Educação, Meio Ambiente e Cultura**, v. 14, n. 28, p. 123-138, 2024.

SANTOS, Ana Paula Baltazar dos; PALLASMAA, Juhani; DUARTE, Cristiane Rose de Sampaio; LIMA, Fernanda Canuto de; ANDRADE, João Gabriel de. **Praças Urbanas: reflexões e recomendações para planejamento e projeto**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2024. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2024/05/PracasUrbanas.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2025.

SANTOS, Bruna Elena Soares et al. O reflexo da pandemia na mobilidade urbana: uma análise sobre o uso dos modais de transporte no município de Aracaju/SE. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE**, v. 7, n. 1, p. 13-24, 2021.

SANTOS, Luisa Acioli dos. **O projeto de paisagem de sistema de parques: uma proposta para o Recife**. 2020. 133 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SANTOS, Ricardo; SOUZA, Marta. Transformando parques, praças e ruas em ambientes inclusivos. **Revista Brasileira de Arquitetura e Urbanismo**, v. 18, n. 3, p. 87-102, 2022.

SILVA, Joelmir Marques da et al. Praça do Derby, o pitoresco jardim recifense. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 32, p. e5, 2024.

_____. A Praça de Casa Forte: um jardim histórico, um patrimônio cultural do Brasil. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 27, p. e9, 2024.

_____. Um jardim moderno em um sítio histórico. **BGJournal**. v. 6, n. 2, p. 80-100, 2015.

SILVA, Ana Carolina Brito; SOUZA, Raphael Barbosa Rodrigues. DA PRAÇA AO CALÇADÃO: Análise e Intervenção do Centro Urbano de Leopoldina. **ÁTRIO**, v. 1, n.

1, 2023.

SILVA, Anderson; BORGES, Júlia. A modelagem 3D como instrumento de apoio à decisão em projetos urbanos. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, v. 9, n. 2, p. 114–132, 2017.

SILVA, Fernanda Rodrigues da; OLIVEIRA, Marcos Vinícius de. Áreas verdes urbanas: importância, benefícios e impacto na qualidade de vida. **Cidades Verdes Brasil**, 2024.

SILVA, Filipe Nascimento Ferreira da; SILVA, Jesse James. Impactos das políticas públicas de requalificação em áreas ribeirinhas: reflexão sobre o uso do território na cidade capitalista. **Revista Foco**, v. 17, n. 7, p. e5605, 2024.

SILVA, J. F.; OLIVEIRA, M. A. Estratégias usadas em requalificação de áreas verdes urbanas: estudo de caso em Santa Maria, RS. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 2, n. 1, p. 45-60, 2019.

SILVA, João; ALMEIDA, Fernanda. Acessibilidade urbana e vitalidade de praças. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, n. 2, p. 45-63, 2021.

SILVA, Victoria Alves da. **Requalificação da paisagem urbana: o caso do Porto Público de Manaus**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

SOUZA, Andre Felix. Sociabilidade pública: interação social e espaços públicos. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 26, n. 1, 2022.

SOUZA, Antônio Fábio Macedo de; MORAIS, Preciliana Barreto de. Requalificação das praças: uma governamentalidade dos espaços urbanos para a promoção da saúde em Fortaleza. **Open Science Research VIII**, 2022. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/articles/code/221211176>. Acesso em: 14 mar. 2025.

SOUZA, Beatriz; MORAES, Felipe. Mobilidade urbana e acessibilidade. **Revista de Transporte e Infraestrutura Urbana**, v. 7, n. 2, p. 9-27, 2021.

SOUZA, C. A.; LIMA, P. R. Requalificação paisagística de áreas urbanas degradadas: estratégias para sustentabilidade. **Revista Brasileira de Paisagismo**, v. 8, n. 2, p. 85-98, 2022.

SOUZA, Débora da Costa. **Projeto de requalificação paisagística da praça do centro comercial Armando Batalha de Gois, bairro Eduardo Gomes, São Cristóvão - SE**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2021.

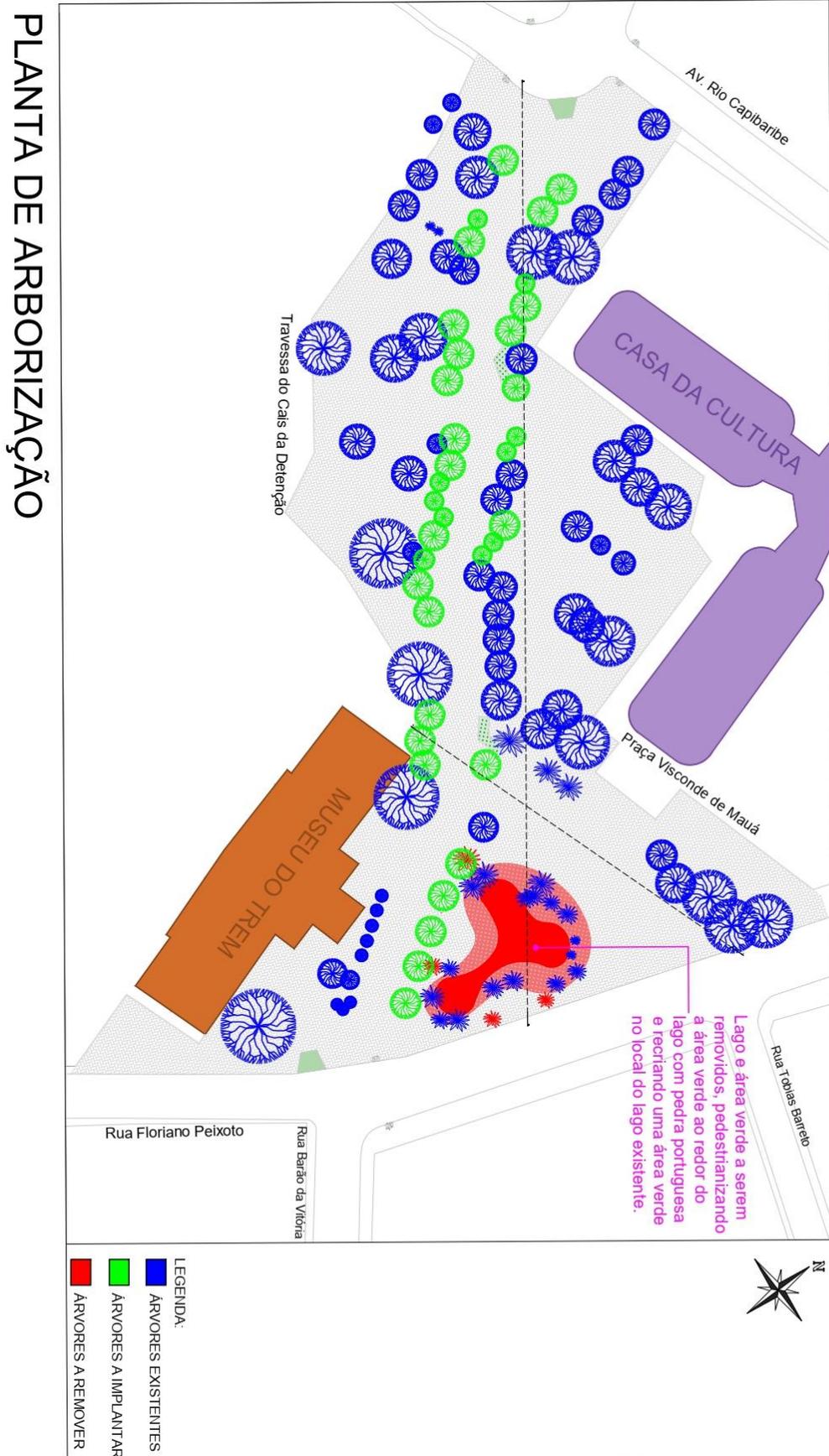
SOUZA, Maria Clara de; LIMA, João Pedro de. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 13, n. 4, p. 1605-1620, 2020.

UCHOA, Marcela. Liberalismo e republicanismo: avanços e contradições sobre o espaço público no pensamento de Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**, v. 47, n. 2, p. e02400276, 2024.

VASCONCELOS, Claudia et al. A requalificação urbana: para regeneração de espaços verdes de praça pública em Santana do Araguaia-PA. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamago**, v. 18, n. 1, p. 45-59, 2024.

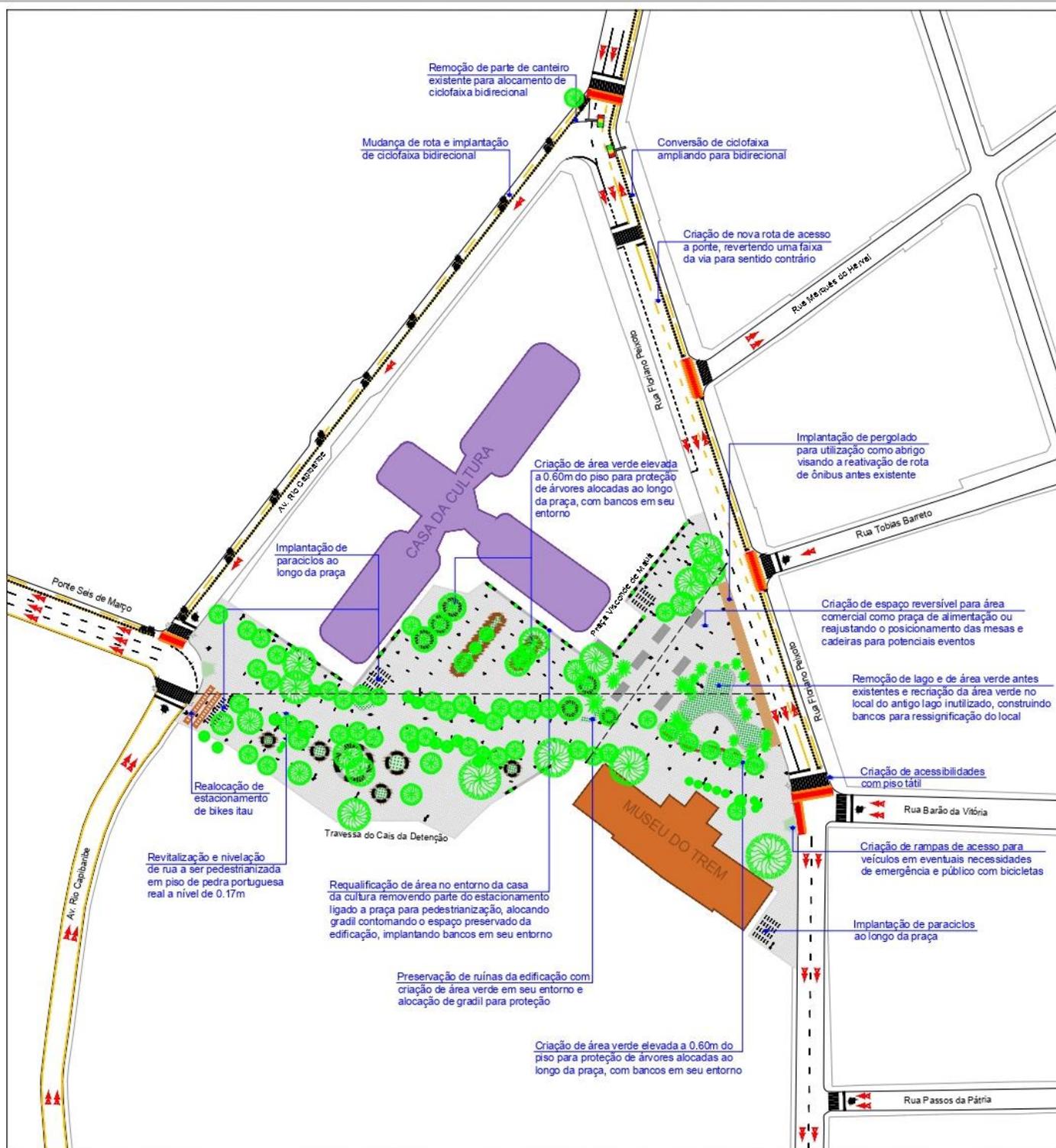
WANG, Ruoyu; HELBICH, Marco; YAO, Yao; et al. Urban greenery and mental wellbeing in adults: cross-sectional mediation analyses on multiple pathways across different greenery measures. **Environmental Research**, v. 176, p. 108535, 2019.

Anexo C - Planta Baixa de arborização.



Fonte: Unibase com alterações da autora.

Anexo D – Planta baixa síntese.



Fonte: Unibase com alterações da autora.

Anexo E – Prancha síntese.

PEDESTRIANIZAÇÃO DA
PRAÇA VISCONDE DE MAUÁ
Por: Stella Nepomuceno

A requalificação da Praça Visconde de Mauá busca promover um ambiente urbano mais acessível, seguro e sustentável. A proposta considera a valorização da caminhabilidade, a melhoria da infraestrutura urbana e a integração entre espaço público e a comunidade.



SOLUÇÕES PROPOSTAS

- Fechamento total da via para veículos motorizados, criando espaços exclusivos para pedestres;
- Requalificação do mobiliário urbano, incluindo bancos, lixeiras, bicicletários e áreas sombreadas;
- Melhoria da pavimentação, utilizando materiais adequados para acessibilidade universal;
- Implementação de vegetação e áreas verdes, contribuindo para o conforto térmico e qualidade ambiental;
- Iluminação pública eficiente, com tecnologia LED e foco na segurança dos usuários;
- Criação de espaços de convivência, incentivando atividades culturais e comerciais.

METODOLOGIA

A abordagem adotada baseia-se na análise espacial e diagnóstico da área de intervenção, estudos de caso de outras praças requalificadas e levantamento das necessidades locais. Foram utilizadas técnicas como modelagem 3D, mapeamento da circulação e avaliação de legislação urbana aplicável.



OBJETIVOS

Desenvolver um projeto de requalificação da Praça Visconde de Mauá, tornando-a mais convidativa, funcional e integrada ao cotidiano da população.

Objetivos Específicos:

- Analisar a situação atual da praça e identificar seus desafios;
- Propor soluções arquitetônicas e urbanísticas que priorizem a caminhabilidade e a inclusão social;
- Implantar mobiliário urbano adequado e ampliar a vegetação;
- Melhorar a segurança e a iluminação pública;
- Integrar elementos paisagísticos para valorização ambiental.

IMPACTOS E BENEFÍCIOS

- Maior segurança e conforto para pedestres;
- Redução de poluição sonora e atmosférica;
- Aumento da atratividade e vitalidade urbana;
- Estímulo ao comércio e turismo local;
- Melhoria da acessibilidade para todas as faixas etárias e pessoas com mobilidade reduzida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As propostas incluem:

- Zoneamento funcional para organização do espaço;
- Novos percursos acessíveis com materiais antiderrapantes;
- Requalificação paisagística com a ampliação da vegetação e instalação de mobiliário urbano ergonômico;
- Melhoria da segurança com iluminação eficiente e inclusiva;
- Implantação de elementos interativos que promovem a permanência da população no local.





ARBORIZAÇÃO

- Arborização planejada para fornecer sombra, reduzir a sensação térmica e melhorar a qualidade do ar;
- Espécies vegetais nativas que exigem baixa manutenção e contribuem para a biodiversidade urbana.




O projeto busca transformar a Praça Visconde de Mauá em um espaço de convivência qualificado, alinhado às diretrizes de sustentabilidade e mobilidade urbana. A implementação das propostas beneficiará a comunidade, proporcionando um ambiente mais humanizado e atrativo.

Fonte: Confeccionado pela autora.